



RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO - RAG

SEMEC - 2021

BELÉM DE NOVAS IDEIAS

Belém

DEZ/2021



PREFEITURA DE BELÉM

EDMILSON BRITO RODRIGUES

PREFEITO DE BELÉM

EDILSON MOURA DA SILVA

VICE-PREFEITO DE BELÉM

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

MÁRCIA MARIANA BITTENCOURT BRITO

DIRETORIA GERAL

ARACELI LEMOS

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

LAURIMAR DE MATOS FARIAS

DIRETORIA DE EDUCAÇÃO

JAQUELINE DO NASCIMENTO RODRIGUES PINTO

NÚCLEO DE PLANEJAMENTO

MARIA DO SOCORRO MENEZES

ELABORAÇÃO - GRUPO DE TRABALHO

ANTONIO JOSÉ SOUZA PARACAMPO

CHARLES ALBERTO BARBOSA DE SOUZA

(SISTEMATIZAÇÃO)

DENIZE RAFAELA ALFAIA DE OLIVEIRA

(SISTEMATIZAÇÃO)

DAVID PANTOJA

ELIANA ASSEF

IRACEMA RIBEIRO DA SILVA

JAQUELINE RODRIGUES PINTO

MARILEIA FERREIRA CORDEIRO

MARIA DO SOCORRO MENEZES

MARCOS ANTONIO SALES PANTOJA

PAULO AUGUSTO DA COSTA SILVA

ROSANA MESQUITA

WENDELL UPTON DE BRITO



SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS.....	05
ÍNDICE DE GRÁFICOS.....	07
ÍNDICE DE TABELAS.....	09
INTRODUÇÃO.....	11
1º CAPTULO - SEJA BEM VINDO À REDE ESCOLAR E SUA ESTRUTURA NO MUNICÍPIO DE BELÉM.....	19
Educação Indígena.....	26
Tempo de ensino ofertado.....	28
Cenário dos Alunos Matriculados.....	32
Espaços e Capital Humano.....	35
2º CAPÍTULO - UM MERGULHO NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	46
Desafios da Educação Infantil.....	47
Desenvolvendo Projetos.....	49
3º CAPÍTULO COM AS CRIANÇAS E ADOLESCENES DO ENSINO FUNDAMENTAL.....	51
Os sujeitos do Ensino Fundamental.....	52
4º CAPÍTULO - O MUNDO JOVEM E OS ALUNOS ESPECIAIS.....	56
Os Etapa da Educação de Jovens e Adultos.....	57
Matrícula na Educação Especial na RPMEB 2019- 2021.....	58
5º CAPÍTULO INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO E TECNOLOGIA.....	62
6º FINANCIAMENTO.....	65
Demonstrativo de Investimentos, através das Principais fontes de recurso da Educação Básica da SEMEC em 2021.....	65
2. Detalhamentos das Fontes de Recursos por nível de Escolaridade.....	66



Considerações Finais.....	68
ANEXO I.....	75
ANEXO II.....	80



LISTA DE SIGLAS

BNCC Base Nacional Comum Curricular

CEIIR Coordenação de Educação Escolar dos Indígenas, Imigrantes e Refugiados

CFEPF Centro de Formação de Educadores Paulo Freire

CODERER Coordenação da Educação para as Relações Étnico-Raciais

COECAP Coordenação de Educação de Campo, das Águas e das Florestas

COEF Coordenação de Educação Fundamental

COEI Coordenação de Educação Infantil

COEJAI Coordenação da Educação de Jovens, Adultos e Idosos

CONAE Conferência Nacional de Educação

CRIE Centro de Referência em Inclusão Educacional

DABEL Distrito Administrativo de Belém

DABEN Distrito Administrativo de Bengui

DAENT Distrito Administrativo de Entrocamento

DAGUA Distrito Administrativo do Guamá

DAICO Distrito Administrativo de Icoaraci

DAMOS Distrito Administrativo de Mosqueiro

DAOUT Distrito Administrativo de Outeiro

DASAC Distrito Administrativo da Sacramento

DEFI Departamento Financeiro

DEMA Departamento Manutenção

DERH Departamento de Recursos Humanos

DERM Departamento de Recursos Materiais

DIAD Diretoria de Administração

DIED Diretoria de Ensino

DUDH Declaração Universal de Direitos Humanos.

EJAI Educação de Jovens, Adultos e Idosos

EMEC Escola Municipal de Educação do Campo



EMEF Escola Municipal de Ensino de Fundamental

EMEI Escola Municipal de Educação Infantil

EMEIF Escola Municipal de Educação Infantil e Fundamental

INEP Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa

LDB Lei de Diretrizes e Bases

MEC Ministério da Educação

NIED Núcleo de Informação Educativa

OSC's Organização da Sociedade Civil ou Conveniadas

PDU Plano Diretor Urbano

PIB Produto Interno Bruto

PPP Projeto Político Pedagógico

PSS Processo Seletivo Simplificado

RAG Relatório Anual de Gestão

RME Rede Municipal de Ensino

SEMEC Secretaria Municipal de Educação e Cultura

SIGA Sistema de Informação de Gestão Acadêmica

SISMUB Sistema Municipal de Bibliotecas Escolares

SME Sistema Municipal de Educação

SNE Sistema Nacional de Educação

UEI Unidade de Educação Infantil



INDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - Número de Unidades por Distrito Administrativo do Município de Belém, segundo informações do SIGA, em novembro de 2021.....	20
Gráfico 02 - Número da População Jovem por faixa etária, segundo IBGE - 2010 por DISTRITO de Belém.....	24
Gráfico 03 - Número de Escolas Anexas por Tempo de Serviço Ofertado.....	28
Gráfico 04 - Número de Escolas de Ensino Fundamental por Tempo de Serviço Ofertado.....	29
Gráfico 05 - Números de Escolas Municipais de Educação Infantil - EMEI, por Tempo de Serviço Ofertado.....	29
Gráfico 06 - Números de Escolas Municipais de Ensino Infantil e Fundamental - EMEIF por Tempo de Serviço Ofertado.	30
Gráfico 07 - Números de Unidades Conveniadas por Tempo de serviço Ofertado.....	30
Gráfico 08 - Demonstrativo das constantes quedas nos números de matrículas da Educação Básica em Belém 2016 – 2021.....	33
Gráfico 09 - Percentual do Número de Servidores da SEMEC por Vínculo Trabalhista em 2021.....	36
Gráfico 10 - Percentual de Trabalhadores da SEMEC Qualificados por tipo de capacitação.....	37
Gráfico 11 - Percentual de Servidores Assistidos pelo Núcleo de Assistência a Saúde do Trabalhador - NAST em 2021.....	37
Gráfico 12 - Números de Participantes e Carga Horária da FC realizada em 2021.....	40
Gráfico 13 - Carga Horária do ATP realizado em 2021.....	40
Gráfico 14 - Demonstra o Percentual Situacional dos Conselhos quanto a Vigência.....	43
Gráfico 15 - Demonstra o Percentual Situacional dos Conselhos quanto a Prestação de Contas.....	43



Gráfico 16 - Demonstra o Percentual Situacional dos Conselhos quanto ao Cadastro PDDE WE.....	44
Gráfico 17 - Demonstra o Percentual Situacional dos Conselhos quanto a Liberação de Recursos.....	44
Gráfico 18 - Número de Unidades de Educação Infantil por Tempo de Ensino Ofertado.....	47
Gráfico 19 - Variação percentual do número de matrículas dos anos finais do Ensino Fundamental nos períodos de 2019 a 2021.....	53
Gráfico 20 - Número de Alunos Especiais por distrito, segundo o SIGA de 30 de novembro de 2021.....	58
Gráfico 21 - Número de Alunos Não Especiais por distrito, segundo o SIGA de 30 de novembro de 2021.....	58
Gráfico 22 - Demonstrativo das oscilações nas matrículas da Educação Especial.....	60



ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 01 - Número de Unidades Escolares da RPME por Tipo de Classificação, segundo informações do SIGA – Sistema de Informações e Gestão Acadêmica, em novembro de 2021.....	24
Tabela 02 - Número de Alunos indígenas na RPME por Etapa de Ensino, segundo informações do SIGA – Sistema de Informações e Gestão Acadêmica, em novembro de 2021.....	26
Tabela 03 - Números de Matrículas na Educação Básica por Dependência Administrativa em Belém, segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, de novembro de 2021.....	32
Tabela 04 - Número de Matrícula da Educação Básica por Etapa de Ensino na RPME no período 2019 – 2021.....	33
Tabela 05 - Número do tipo de Ação executada pelo Departamento de manutenção e Infraestrutura – DEMA.....	35
Tabela 06 - Número de Ações executadas pelo Setor de Transportes em 2021.....	41
Tabela 07 - Número de unidades com conselhos escolares na rede pública Municipal de Educação por Distrito Administrativo de Belém em 30 de novembro de 2021.....	42
Tabela 08 - Apresenta o número de Matrícula na Etapa de Educação Infantil da RPME no período de 2019 – 2021.....	46
Tabela 09 - Número de Matrícula no Ensino Fundamental da RPME 2019–2021.....	51
Tabela 10 - Número de Matrícula no Ensino Médio da RPME 2016 – 2021...	55
Tabela 11 - Número de Matrícula na EJA da RPME 2016 – 2021.....	56



Tabela 12 - Número de matrículas da Educação Especial na Rede Pública Municipal de Educação de Belém, segundo informações preliminares do SIGA de 30 de novembro de 2021**59**

Tabela 13 - Demonstrativo de despesas ou investimentos, por fontes de recursos da Educação Básica em Belém, até novembro de 2021**64**

Tabela 14 - Demonstrativo de despesas ou investimentos, por fontes de recursos da Educação Infantil em Belém, até novembro de 2021**65**

Tabela 15 - Demonstrativo de despesas ou investimentos, por fontes de recursos da Educação Fundamental em Belém, até novembro de 2021**66**

Tabela 16 - Demonstrativo de despesas ou investimentos, por fontes de recursos do Ensino Médio em Belém, até novembro de 2021**67**



INTRODUÇÃO

No Brasil e no mundo como um todo, ao longo da história, existem realidades de exclusão no processo de aprendizagem formal. Sendo assim, construir propostas pedagógicas igualitárias compreende a articulação de estratégias políticas que contemplem não somente o setor da educação, nas suas diversas dimensões, níveis e modalidades, como também os segmentos que compõem a sociedade brasileira, considerando-se as necessidades específicas de aprendizagem de cada um.

Neste sentido os debates educacionais têm que refletir questões como desenvolvimento ecologicamente sustentável, gênero e orientação sexual, direitos humanos, justiça e democracia, qualificação profissional e mundo do trabalho, relações étnico-raciais, tolerância e paz mundial.

Por isso a compreensão e o respeito pelo diferente e pela diversidade são dimensões fundamentais do processo educativo. Superar práticas pedagógicas discriminatórias e excludentes no espaço escolar são desafios que se articulam com a efetivação das políticas públicas sociais. A Declaração Universal de Direitos Humanos (DUDH) objetiva o acesso de todos à cidadania, entendendo-se eticamente e à luz dos direitos humanos, que as diferenças devem ser respeitadas, valorizadas e promovidas.

Ao longo da história, oriunda da DUDH, houve a construção de um arcabouço mundial para proteção de direitos, feita a partir de Declarações, Convenções e Pactos oficiais e internacionais, dentre os quais ressaltamos: o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (1966), que enfoca questões como o direito à vida, à liberdade de expressão, à religião e votação, compreendendo um conjunto de direitos mais abrangentes que a própria DUDH; A Declaração e Programa de Ação de Viena (1993), onde se fortaleceu os postulados da universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos, outro avanço relevante na questão de gênero e raça. Neste documento, ocorreu a substituição do termo “pessoa” por “homem” que era usado tanto para designar homem, quanto mulher, evidenciando os direitos de todas as pessoas sem distinção de raça, sexo, idioma e religião. A partir daqui,



foram intensificados também os direitos das meninas e das mulheres, de maneira mais consistente.

A Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural (2002) se manifesta na originalidade e na pluralidade de identidades e postula que deve haver uma interação harmoniosa e convivência pacífica, entre as pessoas desses diferentes grupos, com culturas plurais, variadas e dinâmicas, sendo esta diversidade cultural, fator de desenvolvimento acessível a todos. No entanto, os direitos humanos não nascem de uma vez para todos como deveriam, conforme a Declaração Universal dos Direitos Humanos, mas são conquistados através de lutas conscientes e constantes, num movimento dialético.

A humanidade segue violando os direitos humanos, e em muitos exemplos, o próprio Estado, que deveria ser um dos promotores dos mesmos, torna-se um dos principais responsáveis pelas violações.

É justamente nesta demanda que a gestão democrática não pode ser entendida só como um preceito constitucional, mas também como um princípio pedagógico. A participação popular e a gestão democrática fazem parte da tradição das chamadas “pedagogias participativas”, sustentando que elas incidem positivamente na aprendizagem. Pode-se dizer que a participação e a autonomia compõem a própria natureza do ato pedagógico.

Formar para a participação não é só formar para a cidadania, é formar o cidadão para participar, com responsabilidade, do destino de seu país. A participação é um pressuposto da própria aprendizagem.

Democratizar a gestão da escola é responsabilidade conjunta de uma equipe gestora, composta por direção, conselhos escolares, coordenadores pedagógicos, professores e demais funcionários, com representantes de todos os segmentos da comunidade mais ampla como veremos nos esforços da gestão da SEMEC neste ano 2021 e continuará nesta perspectiva de solidificação da escola como espaço democrático e de exercício da participação de todos no próximo ano de 2022.

Pois, é nesta direção que essa equipe gestora é responsável por construir uma educação voltada para a transformação da sociedade e não para a manutenção das condições vigentes. É responsável, também, pelas decisões e



ações vividas na escola, pela definição de seus objetivos estratégicos, de seus valores e dos trabalhos de equipe, elaborados para a vivência social.

Para atingir plenamente a gestão democrática há de se perceber que a escola necessita de um envolvimento nesse entendimento, os avanços dentro dos propósitos estabelecidos devem ser apreciados, avaliados e reavaliados no coletivo. As medidas desenvolvidas dentro de uma percepção conjunta ganham, por excelência, parâmetros competentes que se transformam em realidades que, certamente, mudam de forma contínua e gradual os aspectos do cotidiano escolar.

Para se construir uma cultura democrática e uma cultura de direitos humanos nesse cotidiano escolar, é necessária a articulação entre gestão democrática e controle social, tendo os conselhos escolares como mediadores. Esses conselhos serão instrumentos mobilizadores da comunidade da qual a escola pertence, para tomar conhecimento das atividades desenvolvidas e do seu projeto político pedagógico de formação e capacitação, daí se fundamenta o nosso empenho tácito em erguer, ou reerguer os conselhos escolares como um espaço propulsor deste processo na escola.

Eles identificarão as demandas apresentadas pela comunidade e pelas famílias, para o acesso à educação, para o atendimento de suas demandas específicas e para a melhoria da qualidade oferecida. Esse processo deve ser construído de maneira colaborativa, com as famílias e entidades da comunidade, com metodologias participativas que visem a uma integração, contato e diálogo contínuo com a escola.

A começar deste ano de 2021 vamos continuar com o fortalecimento dos canais de comunicação e interlocução visando à aproximação e enfrentamento conjunto dos problemas que afetam a comunidade escolar; elaborar atividades de diagnóstico, problematização e alternativas de solução para problemas referentes à educação; desenvolver projetos comunitários em relações de horizontalidade, que tratem das necessidades específicas da comunidade e que possam ser atendidas no âmbito das relações educacionais e culturais mediatizadas pela escola; estabelecer parcerias e relações em que a comunidade desenvolva um sentimento de pertencimento à escola e vice-versa.



Daí a relevância do fortalecimento do Conselho Municipal de Educação e dos Conselhos Escolares, da Conferência Municipal de Educação, do Fórum Municipal de Educação, bem como de maior articulação entre o Ministério da Educação e da Secretaria Municipal de Educação.

Partindo desse ponto de vista começamos em 2021 um processo de revalorização dos profissionais da Educação. O art. 67 da LDB determina que os sistemas de ensino promovam a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público o ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para este fim, piso salarial profissional, progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho, período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho e condições adequadas de trabalho.

A concepção de valorização dos profissionais da educação, assumida neste Relatório anual de Gestão, concretiza-se através da inter-relação entre duas dimensões: uma objetiva, que diz respeito às condições funcionais inerentes à profissão, a saber, carreira, remuneração, condições de trabalho e formação e outra subjetiva que se refere ao reconhecimento social e dignidade profissional.

Neste sentido, pensar a valorização dos profissionais da educação, demanda discussões e ações que articulem formação, remuneração, carreira e condições de trabalho. Percebe-se, na sociedade atual, uma ênfase muito grande no valor da educação, porém, paradoxalmente, ao mesmo tempo, não existe a valorização do professor de maneira adequada, o que suscita questionamentos profundos sobre o papel do educador e os cuidados específicos com a sua formação.

A valorização dos profissionais da educação é condição fundamental para garantia do direito à educação e, conseqüentemente, ao acesso dos educandos à escola de qualidade social, sendo uma obrigação dos sistemas e base da construção da identidade profissional.

A formação dos docentes, na atualidade, foi revista e apresentou avanços, com a promulgação da Constituição Brasileira em 1988 e com a LDB,



que vem redesenhando o sistema educacional brasileiro em todos os níveis: desde a Educação Infantil, com a incorporação das creches, às universidades, além das modalidades de ensino, incluindo a educação especial, de jovens e adultos, profissional, indígena, do campo e ensino a distância; além dos recursos financeiros, formação e diretrizes para a carreira dos profissionais da área.

O artigo 61 da LDB propõe a necessidade de sólida formação básica do professor, fundamentada nos conhecimentos científicos e sociais; a presença do estágio supervisionado, propiciando a associação entre teorias e práticas (ação-reflexão-ação), a capacitação em serviço e o aproveitamento da formação e experiências anteriores, em instituições de ensino e em outras atividades.

Este artigo define, ainda, que a formação do professor para a Educação Básica deverá realizar-se em nível superior e em cursos de licenciatura; a formação de docentes para o Ensino Superior far-se-á em cursos de pós-graduação. Para tanto, é fundamental, como ponto de partida, que o professor construa sua própria identidade a partir da significação social da profissão; da revisão constante de seus significados; da revisão das tradições. Mas, também, da reafirmação de práticas consagradas culturalmente, que permanecem significativas e que compreendem saberes válidos às necessidades da realidade atual. Práticas construídas a partir do confronto entre as teorias e as práticas, das análises sistêmicas, das práticas à luz das teorias existentes e das construções de novas teorias. Tais práticas são também construídas pelo significado que cada professor, enquanto sujeito, confere à atividade docente no seu cotidiano, a partir de seus valores, de seu modo de se situar no mundo, de sua história de vida, de suas representações, de seus saberes, de suas angústias e anseios, do sentido que tem em sua vida e do ser professor.

Assim sendo, a formação continuada do profissional da educação abrange oportunidades de aprendizagem diversas, sejam elas naturais e evolutivas, esporádicas, ou resultantes de um planejamento com objetivos claros em termos de metas a serem alcançadas e fundamentadas numa concepção política pedagógica ampla, que assegure a articulação teoria e prática, a pesquisa e a extensão.

Diante do exposto, apresentam-se, neste Relatório de Gestão as metas e estratégias voltadas para a valorização dos profissionais da educação, indicando



as responsabilidades, corresponsabilidades, atribuições concorrentes, complementares e colaborativas entre os diversos intervenientes da política educacional, tendo como base os princípios de garantia da participação popular, cooperação federativa e o regime de colaboração.

Nesta compreensão apresentamos aos Órgãos da Administração Municipal o Relatório Anual de Gestão (RAG) o qual é utilizado para comprovação da aplicação dos recursos e apresentação dos resultados alcançados nas políticas públicas. O instrumento é de suma importância para percebermos o caminho feito até agora e orientação das ações futuras com a indicação dos ajustes necessários, assim sendo uma ferramenta de subsidio do processo de monitoramento e avaliação da Administração Pública.

A SEMEC diante dos desafios e em meio às consequências do fenômeno Pandêmico tem trabalhado para garantir e oportunizar o direito à participação com uma dinâmica de planejamento, na elaboração de planos, projetos e ações em toda a Rede de Ensino Municipal de Belém nas várias dimensões que estruturam a vida na extensão educacional.

Este panorama nos apresentam dois componentes preponderantes para a compreensão deste relatório. O primeiro diz respeito a conjuntura pandêmica caracterizado pelo isolamento Social, restrição do comércio varejista, da produção industrial e conseqüente desemprego e queda do poder aquisitivo da população. Manutenção, apenas, das atividades essenciais. Suspensão do funcionamento presencial dos departamentos, instituições educacionais em todas as esferas públicas e privadas, ofensas graves à Ordem Pública, Saúde Pública e ao Interesse Público.

No âmbito educacional a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) demonstrou que a paralização das aulas em escolas e universidades causada pela COVID-19 afetou mais de 90% dos estudantes ao redor do mundo. Após um ano em atividades remotas, impostas pela pandemia de COVID-19, no dia 13 de setembro de 2021, após a aplicação da segunda dose da vacina contra a COVID-19, o município de Belém iniciou o retorno às atividades presenciais da rede municipal de educação pública.



Um outro aspecto fundamental no entendimento deste relatório trata-se da abertura de processos caracterizados pela Co-governança: corresponsabilidade nas cidades de hoje com uma proposta de prática da participação por meio de uma construção de redes de residentes, atores sociais e cidades. Gestão participativa e democrática que abriu diálogo tanto internamente partindo de encontros com comissões de lideranças do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Pará (Sintepp) com instituições públicas e privadas, sociedade civil e outros secretários e agentes municipais de Educação, sobretudo na região metropolitana de Belém com a abertura do Fórum Municipal Pela Educação que reativou o ingresso de organizações/instituições/movimentos que assegurou a permanência de 92% dos participantes e o ingresso de quatro (04) novas organizações/instituições/movimentos.

O Fórum Municipal de Educação retoma as discussões da política pública educacional municipal pela sociedade, com quatro (04) reuniões realizadas com os membros do FME quando foram aprofundado e o Regimento Interno do FME. Este foi aprovado em plenária e encaminhado para publicação em Diário Oficial assim assegurando a legitimidade das ações do FME.

Neste ambiente dinâmico de desafios e posturas participativas, destacamos a seguir considerações a respeito das linhas de elaboração, forma e conteúdo deste Relatório Anual de Gestão da Secretaria Municipal de Educação e Cultura (RAG/SEMEC2021).

O RAG/SEMEC2021, apresenta informações sobre as ações e resultados da Secretaria da Educação do Município de Belém tanto na perspectiva do que está posto em sua programação e execução orçamentária, quanto do seu planejamento estratégico, durante o ano de 2021.

O propósito principal do Relatório de Gestão está na projeção do resultado alcançado pela Secretaria da Educação e Cultura, no contexto de “Belém de novas ideias”, apresentando a definição de diretrizes e normas relativas ao modelo institucional.

Destaque-se que este documento tem como base tornar transparente as ações realizadas em cada setor da SEMEC pertencente à Prefeitura Municipal de Belém e sua estrutura expressa as informações, permitindo a gestão, bem



como uma orientação para eventuais redirecionamentos que futuramente se tornem necessários.

O presente relatório está estruturado da seguinte forma: a primeira parte apresenta a estrutura e organização da Rede Municipal de Ensino e da Secretaria da Educação, com a contextualização da criação do órgão, suas competências institucionais, estrutura organizacional, refletindo o empenho desta gestão em garantir, com transparência, o direito à educação e à igualdade de condições para o acesso e permanência do educando na escola pública municipal, pontuando um olhar especial para o trabalho desenvolvido na área de Belém.

A segunda parte desenha as iniciativas desenvolvidas pela SEMEC na Rede Municipal de Ensino, no ensino Infantil, Fundamental e Médio durante esse ano de 2021, com o objetivo de desenvolver um processo educativo participativo e de qualidade.

A terceira parte aborda os aspectos estratégicos da Informação, Comunicação e Tecnologia adotados pela Secretaria da Educação, bem como seu planejamento e ações adotadas para alcançar os objetivos estabelecidos para o ano de 2021, demonstrando os resultados de sua atuação. A quarta sessão trata da questão orçamentária da secretaria, em que expõe os valores recebidos, transferidos, bem como pontua, através de planilhas, o quantitativo da atuação da secretaria. Desta forma, possibilita encontrar um parâmetro de valores para os exercícios futuros. A quinta e última parte apresenta a conclusão, além de apresentar as futuras propostas a serem implementadas na secretaria no ano de 2022, contribuindo para o crescimento e desenvolvimento do interesse público.



1º CAPÍTULO

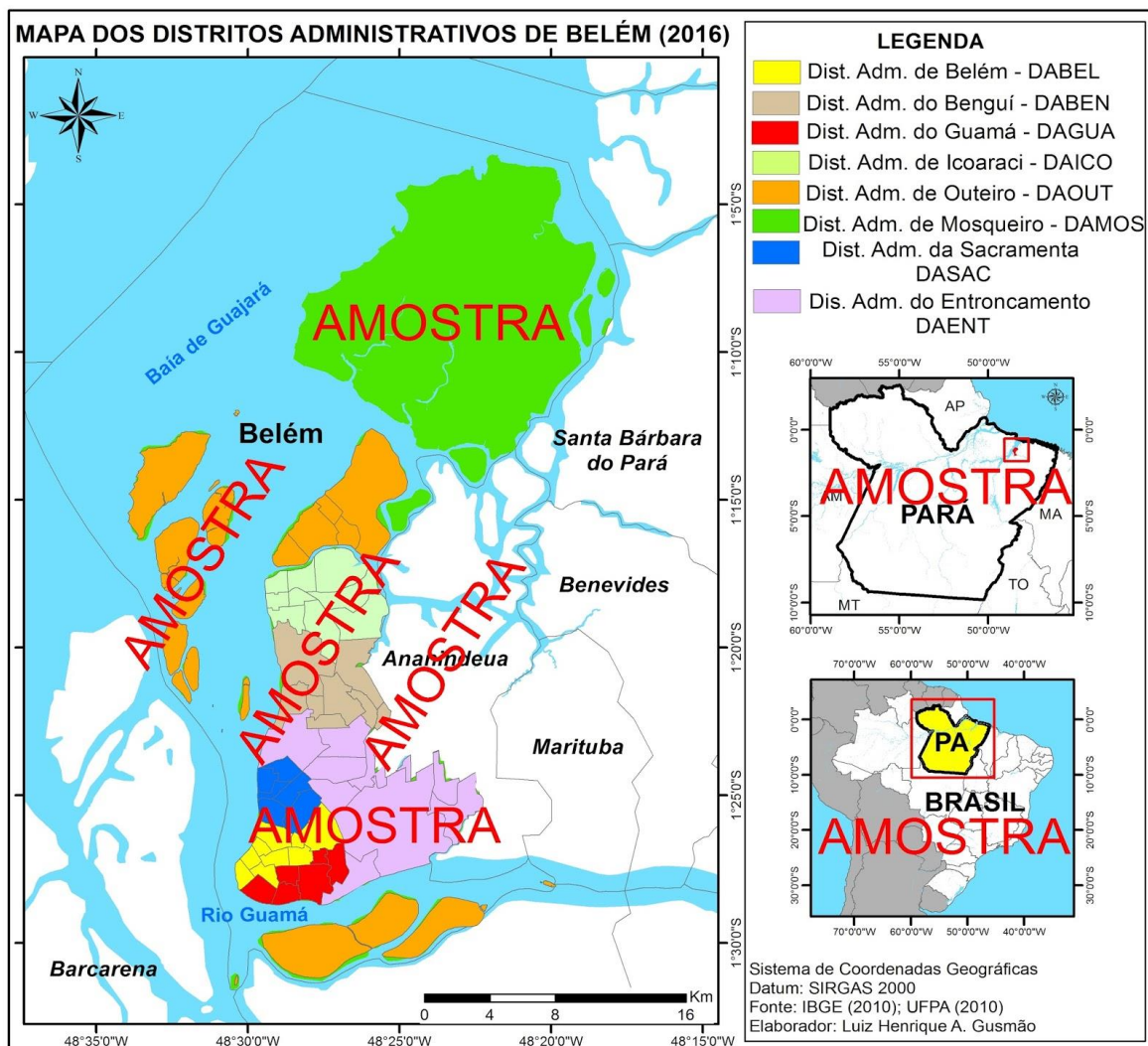
SEJA BEM VINDO À REDE ESCOLAR E SUA ESTRUTURA NO MUNICÍPIO DE BELÉM

Ao adentrarmos na nossa casa precisamos polir o nosso olhar para as dimensões do papel do Estado como agente da Educação. Isso pode ser percebido na formação do ser humano coletivo como fruto e, ao mesmo tempo, gerador do sistema educacional brasileiro que funciona não de maneira estanque, mas como o pêndulo de um relógio, na simultaneidade os dois movimentos: hora o ser humano é gerador do espaço e do sistema organizacional da educação, hora ele é fruto gerado desse sistema.

Nesta dinâmica vamos perceber como está hoje organizada a Rede de Ensino os seus desafios e gerenciamento dos processos no tocante a estrutura a qual é emoldurada por uma singularidade bastante peculiar, pois o município de Belém segundo o prognóstico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – censo 2010 apresenta uma estimativa populacional de 1.506.420 habitantes. A capital paraense é o segundo e mais populoso município da Amazônia e um dos mais importantes do país. É formado por 39 ilhas, com 329,9361km², e uma área continental de 176,5658 km² (Gráfico 01).

No cenário da gestão emergem oito distritos administrativos organizados no:
- DABEL, DABEN, DAENT, DAGUA, DAMOS, DAOUT, DAICO e DASAC todavia estes se encontram em processo de reformulação, por meio da elaboração do Plano Diretor Urbano - PDU para a próxima década, considerando os avanços e desafios que a cidade vivencia.

Gráfico 01 – Mapa de Belém destacando a Área Insular.



Fonte: Cartografia dos Distritos Administrativos de Belém/PA com Google Earth

Dentro deste território e seguindo este formato administrativo é que se estrutura a Educação Básica em Belém que de acordo com o que está descrito no Título IV, artigos 8º até o 20º da LDB - 9.394/96 Belém tem como responsabilidade gerir, acompanhar e melhorar as instituições de ensino infantil e fundamental, e também das instituições de ensino médio, que são mantidas pelo poder público municipal¹, assim sendo, é necessário buscar compreender

- ¹ Neste sentido as competências são assim distribuídas: A União (Federal): é responsável pelas instituições de educação superiores criadas e mantidas pelos órgãos federais de educação e também pela iniciativa privada. Entre suas principais atribuições está: elaborar o Plano Nacional de Educação, organizar, manter e desenvolver os órgãos e as instituições oficiais do sistema federal de ensino e o dos territórios, prestar assistência técnica e financeira aos estados, Distrito Federal e municípios, estabelecer competências e diretrizes para a educação básica, cuidar das informações



como está estruturada a Rede Pública Municipal de Educação de Belém atualmente, que de acordo com as novas políticas Educacionais do município de Belém, estamos trabalhando proficuamente para que a gestão escolar seja sempre mais qualificada por procedimentos e participação democrática, portanto existe um impulso para se utilizar como principio a participação de toda a comunidade escolar na gestão das instituições de ensino. Isto requer o envolvimento de pais, alunos, professores, diretores, coordenadores pedagógicos, secretários escolares. Este estilo de gestão vem sendo estimulado tanto pela secretária de educação como pelo prefeito, assim sendo, iremos avaliar agora quais os esforços desta Secretaria – SEMEC, para melhorar a qualidade da Educação Pública Municipal de Belém, Começamos demonstrando no organograma abaixo como a SEMEC está organizada atualmente:

sobre o andamento da educação nacional e disseminá-las, baixar normas sobre cursos de graduação e pós-graduação, avaliar e credenciar as instituições de ensino superior.

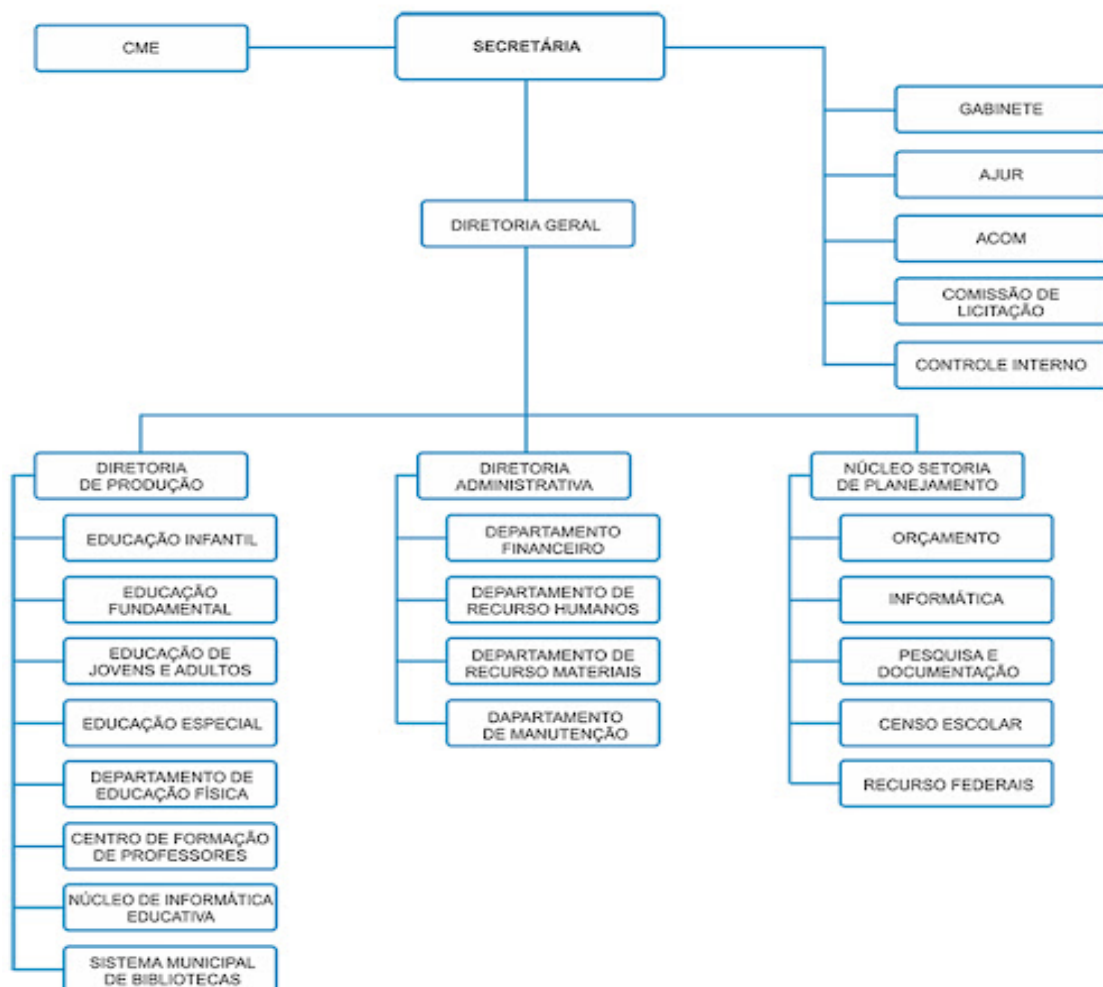
- Os Estados: cuidam das instituições estaduais de nível fundamental e médio dos órgãos públicos ou privados.

Os estados devem organizar manter e desenvolver esses órgãos e instituições oficiais de ensino que estão aos seus cuidados, em regime de colaboração com os municípios, dividir proporcionalmente as responsabilidades da educação fundamental, elaborar e executar políticas e planos educacionais, autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar os cursos das instituições de educação superior dos estados e assumir o transporte escolar dos alunos da rede estadual.

- O Distrito Federal - DF: instituições de ensino fundamental, médio e de educação infantis criadas e mantidas pelo poder público do DF e também privadas.

O DF possui as mesmas responsabilidades que os estados.

- Os Municípios: Estes são responsáveis, principalmente, pela Educação Básica que atualmente, está organizada por três etapas – educação infantil, ensino fundamental e também pelo ensino médio, sendo que a educação infantil compreende as idades (de 0 a 6 anos), O ensino fundamental (de 7 a 14 anos) e o ensino médio (de 15 a 17 anos).

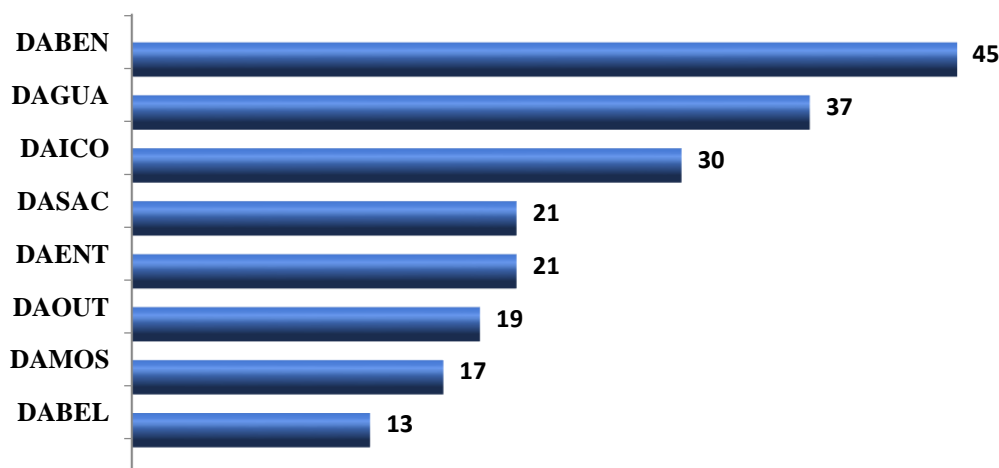


O organograma acima já sofreu alterações que caracterizam o foco da atual gestão no tocante às políticas públicas de conquista de maior empoderamento dos direitos humanos. Por isso, foram acrescentados a Coordenadoria e Educação para as relações étnico-raciais, Núcleo de Arte e Cultura, Coordenação de Educação do Campo das Águas e das Florestas e a coordenação de Educação para Imigrantes, Indígenas e Refugiados, Coordenadoria de Educação em Saúde. Todas essas coordenações trabalham para a qualidade da Educação no Município de Belém.

A Rede Escolar no município de Belém se organiza da mesma forma em que Belém está estruturada administrativamente, ou seja, em 8 Distritos Administrativos e 71 bairros: as unidades escolares da Rede Pública Municipal de Educação (RPME), também seguem o mesmo princípio organizativo. Desta

maneira, observar-se no gráfico - 01 as 203 unidades escolares se alinham aos 8 distritos administrativos a seguir:

Gráfico 01 - Apresenta o número de Unidades por Distrito Administrativo do Município de Belém, segundo informações do SIGA, em novembro de 2021.



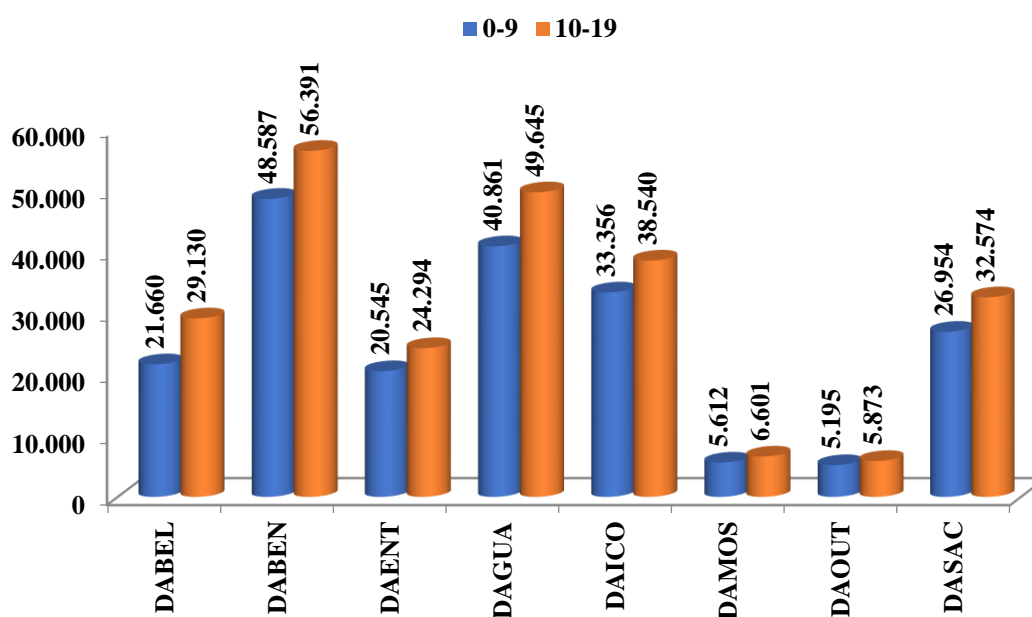
FONTE: NUSP/CENSO - SIGA / Panorama - 30 11 2021; 11h.

O gráfico 01, acima nos apresenta nitidamente uma questão de gestão educacional elementar. Trata-se do grau de capilaridade estrutural que atenda a população de modo abrangente e de acessibilidade geográfica desta aos espaços de ensino. Desta maneira verificamos que os distritos com maiores coberturas de unidades escolares no município de Belém são: DABEN, DAGUA e DAICO, com 45, 37 e 30, unidades, respectivamente, os três distritos juntos correspondem a uma cobertura de 55,17% do total de unidades do município, seguido a eles, temos os distritos de DASAC e DAENT, com 21 unidades em cada distrito, no entanto, os distritos administrativos: DAOUT, DAMOS e DABEL, com 19, 17 e 13 unidades respectivamente são os que possuem a menor cobertura no município de Belém.

Neste Gráfico mesmo que DABEN, DAGUA e DAICO detenham uma cobertura de 55,17% não são suficientes para o número de crianças e jovens

que precisam ter acesso à Educação formal. Corroborando com esta insuficiência a situação fica mais óbvia diante das regiões DAOUT, DAMOS e DABEL conforme o gráfico abaixo:

Gráfico 02: Número da População Jovem por faixa etária, segundo IBGE - 2010 por DISTRITO de Belém.



Fonte: IBGE/2010

Comparando os gráficos 1 e 2 verifica-se que a construção das escolas não atendeu a necessidades de conotações “politiqueiras”, mas de uma real política pública de atendimento a carência de cobertura da Rede de Educação. Na tabela a seguir verifica-se também como estão os números de unidades escolares da Rede Municipal de Educação por Classificação:

Tabela 01 – Apresenta o Número de Unidades Escolares da RPME por Tipo de Classificação, segundo informações do SIGA – Sistema de Informações e Gestão Acadêmica, em novembro de 2021.

Unidades	Nº de Unidades
ANEXO	40
EMEF	38



EMEI	27
EMEIF	41
ESCOLAS CONVENIADAS	27
UEI	28
Sub - Total	201
ESCOLA BOSQUE	1
ESCOLA CASA DA PESCA	1
Total	203

FONTE: NUSP /CENSO - SIGA / Panorama - 30 11 2021; 11h.

A tabela acima nos demonstra a necessidade de alinhar a gestão escolar com a gestão estratégica de qualidade no ambiente educacional e tentar conhecer caminhos para a construção de uma rede mais eficaz. Por isso é preciso pesquisar quais são os principais fatores que viabilizam a eficácia escolar no atendimento à população da rede que ainda não cobre a todos. Portanto, atente que a grande maioria das unidades escolares da rede Pública Municipal de Belém são do tipo EMEIF, com 41 unidades das 203 existentes, seguido por unidades do Tipo EMEF, com 38 unidades e respectivamente as UEI's e EMEI's com 28 e 27 unidades². Também pode-se observar que dentro da Estrutura Educacional da rede pública municipal estão compostas, a Fundação Escola Bosque e a Escola da Pesca. Observa-se ainda, que dentro desta estrutura existem 40 anexos e 27 unidades Conveniadas.

Uma experiência inovadora foi a Busca ativa Escolar que iniciou-se no dia 05/10/2021 a 15/10/2021 pelo período da manhã e tarde com a supervisão da equipe técnica do Programa Bora Belém. Tendo o distrito DAGUA/ bairro do Guamá como a primeira área a ser visitada devido o maior número de demandas. No período acima referido foram realizadas 118 visitas, sendo que 34 endereços não encontrados, 38 mudança de municípios, tendo sido levantados os seguintes motivos pelo qual as crianças não estão inseridas na escola: Necessitam de cadeira de roda (10), e dos profissionais de educação especial

² Escolas Conveniadas ou OSC's: São unidades privadas ou particulares que prestam serviços públicos a sociedade com recursos públicos; anexos: São Compartimentos (Salas de aula) que fazem parte de uma EMEF; EMEI ou EMEIF. Temos ainda, por Distrito, os números de Alunos Especiais, Não Especiais e Indígenas



para os alunos do BPC (5), Encaminhado para Crie para avaliação do grau de comprometimento da deficiência (7), e já estudando 24.

Implícita a esta experiência está, conseqüentemente, uma mudança fundamental no que diz respeito às formas como são encaradas as dificuldades educativas. Esta mudança de concepções baseia-se na crença de que as mudanças metodológicas e organizativas que têm por fim responder aos alunos que apresentam dificuldades irão beneficiar todas as crianças. Na verdade, os que são considerados como tendo necessidades especiais passam a ser reconhecidos como um estímulo que promove estratégias destinadas a criar um ambiente educativo mais rico para todos. No entanto, o avanço na implementação desta orientação está longe de ser fácil e, por conseguinte, as provas relativas a um progresso nesta área nos tem exigido um esforço focado.

1. Educação Indígena

Mesmo com a dificuldade de se definir com nitidez a real política de Educação Indígena colocada atualmente em prática no Brasil, ao longo da história do país, ela sempre andou ao lado da religião e das doutrinas humanitárias e positivistas, que nortearam a formulação da política indigenista brasileira, hoje, com as conquistas alcançadas na última Constituição de 1988 referente aos direitos indígenas, parece haver um jogo de forças contraditórias entre as posições progressistas garantidas na lei e a efetiva consecução desses princípios, ou seja, verifica-se que há uma dificuldade de se compatibilizar as conquistas obtidas na defesa dos direitos humanos e especialmente das minorias étnicas no Brasil, com o ideário positivista que impregna nossa doutrina indigenista. Neste contexto socialmente e politicamente confuso temos inaugurado uma nova postura diante da educação indígena, veja o quadro abaixo:

Tabela 02 – Apresenta o Número de Alunos indígenas na RPME por Etapa de Ensino, segundo informações do SIGA – Sistema de Informações e Gestão Acadêmica, em novembro de 2021.

Etapa de Ensino	Número de alunos
Educação Infantil	99



Ensino Fundamental	70
Total	169

FONTE: NUSP /CENSO - SIGA / Panorama - 30 11 2021; 11h

Na tabela 02 observamos que existem na rede pública do município de Belém um total de 169 alunos indígenas, sendo 99 na Educação Infantil e 70 no Ensino Fundamental. Na experiência educacional com os indígenas existe uma evidente tensão, irresolvida entre princípios que afirmam a pluralidade cultural e lingüística, e que exortam não só o respeito bem como a alimentação dessa pluralidade e uma visão sedimentada por uma longa história, que legitima e consolida práticas em todos os níveis, que corroboram e alimentam a homogeneização e a hegemonia de uma cultura e de uma língua — "as nacionais", isto é: nas escolas além da língua portuguesa como estão sistematizados o ensino das línguas nativas, e das culturas indígenas?

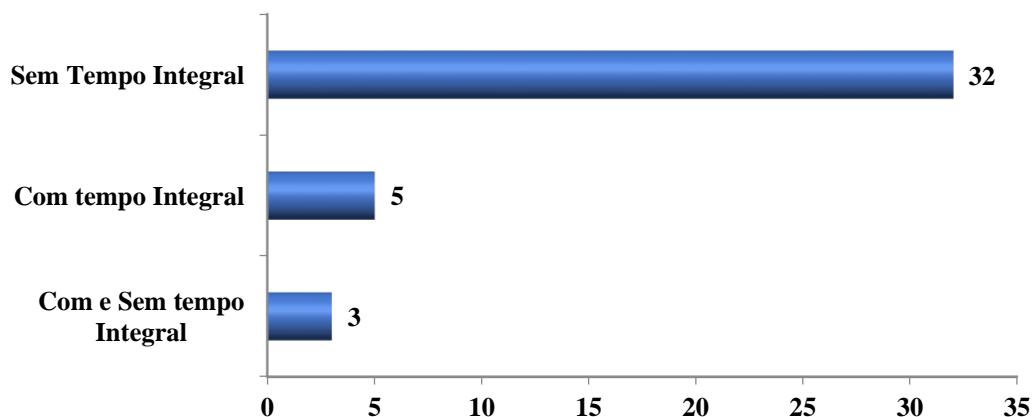
A Coordenação de Educação Escolar dos Indígenas, Imigrantes e Refugiados, antiga COEDI, já traz em seu nome, modificado, o objetivo de sua ampliação, posto que agora assume, para além de uma parceria com o Ministério Público Federal, a responsabilidade de implantar e implementar ações que assegurem o acesso e a permanência com sucesso de crianças, jovens, adultos e idosos indígenas, imigrantes e refugiados que vivem em Belém. Como uma de suas primeiras ações realizou um diagnóstico estrutural dos espaços educativos que atendem os indígenas Warao, os imigrantes e os refugiados, visando à interlocução com essas comunidades acerca dos caminhos a serem construídos. A FC e o ATP aos servidores das cinco escolas que fazem esse atendimento versaram sobre a "Identidade e interculturalidade: um diálogo para novos olhares no espaço escolar" e "A educação com povos tradicionais na Belém de nossa gente", sendo enriquecidas com a aquisição de acervo bibliográfico que fomente a ampliação do conhecimento acerca dessas línguas e culturas. Esta coordenação realizou o I Colóquio da CEIIR com o tema "O que os indígenas desejam como educação?" Esta coordenação desenvolve ainda o projeto "Diversidade não é adversidade: a educação dos diversos povos em pauta", em parceria com a Unicef, Funpapa e outras organizações.

Coaduna com estas iniciativas a Coordenação de educação do campo, das Águas e das Florestas, é a ampliação da COED. Ampliação necessária para atender a diversidade territorial de Belém, área insular, até então trabalhadas e desenvolvidas sem respeito a suas singularidades. Desenvolve ações de formação e assessoramento direto a seis escolas e quatro anexos localizados nas ilhas do Sul do município. Realizou o I Webinário de Educação do Campo, das Águas e das Florestas: Identidade e Currículo; e formações direcionadas a revisão do Projeto Político Pedagógico desses espaços educativos com a seguinte temática “Entrelaçando saberes na educação do campo da RPMEB: desafios e possibilidades”.

2. Tempo de ensino ofertado

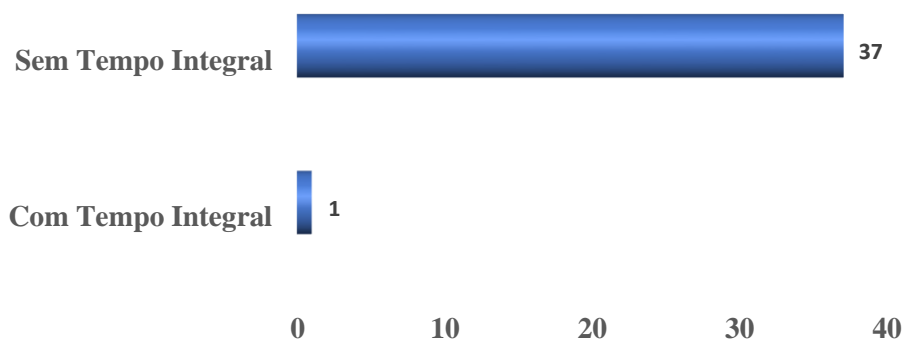
Uma das classificações que se tem para as unidades da Rede Pública Municipal de Belém é quanto ao tempo de Ensino ofertado, assim sendo, as unidades públicas municipais de ensino, ofertam tanto o ensino com Tempo Integral, quanto Sem Tempo Integral, e também existem algumas unidades que possuem tanto o Ensino com tempo integral, quanto sem tempo Integral, desta maneira, iremos demonstrar agora, quantas unidades a Rede Pública Municipal de Ensino possui, por tipo e por tempo de serviço ofertado por elas:

Gráfico 03: Número de Escolas Anexas por Tempo de Serviço Ofertado



O **Gráfico 03**, demonstra que das 40 escolas anexas que a educação municipal possui, apenas 5 são de Tempo, 3 ofertam os dois tipos de tempo de serviços, ou seja possuem tanto as séries de Tempo Integral, quanto as Sem tempo integral, porém 32 delas oferecem apenas Educação Sem Tempo Integral.

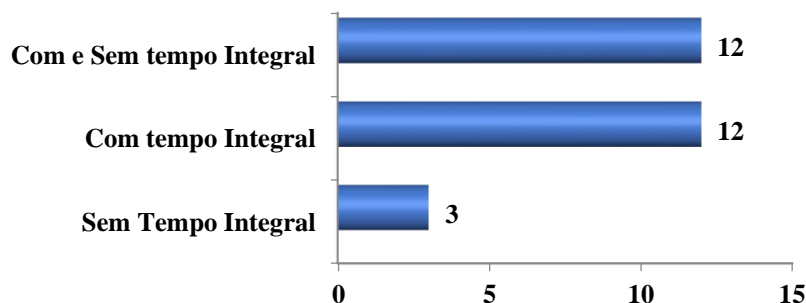
Gráfico 04: Número de Escolas de Ensino Fundamental por Tempo de Serviço Ofertado



FONTE: NUSP /CENSO - SIGA / Panorama - 30 11 2021; 11h

O Gráfico 04 destaca que das 38 Escolas públicas municipais de Ensino Fundamental; 37 não possuem Tempo Integral e somente uma delas oferece tempo integral.

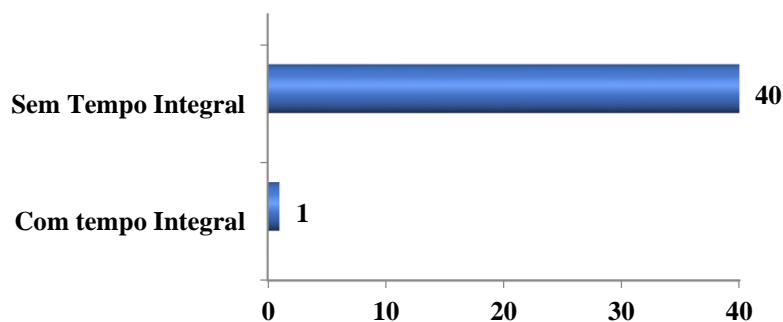
Gráfico 05: Números de Escolas Municipais de Educação Infantil - EMEI, por Tempo de Serviço Ofertado.



FONTE: NUSP /CENSO - SIGA / Panorama - 30 11 2021; 11h

O gráfico 05 acima, destaca que das 27 Escolas municipais de Educação Infantil; 12 ofertam Educação tanto sem quanto com Tempo Integral, outras 12 ofertam somente Educação com Tempo Integral e somente 3, ofertam educação Sem Tempo integral.

Gráfico 06: Números de Escolas Municipais de Ensino Infantil e Fundamental - EMEIF por Tempo de Serviço Ofertado.

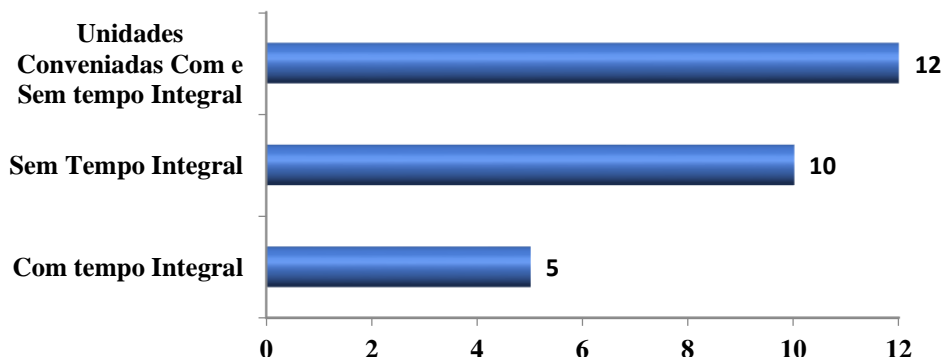


FONTE: NUSP /CENSO - SIGA / Panorama - 30 11 2021; 11h

O gráfico 06, destaca que das 41 Escolas municipais de ensino Infantil e Fundamental; apenas 1 oferta Educação com Tempo Integral, as demais não oferecem tempo de serviço.

Escolas Conveniadas:

Gráfico 07: Números de Unidades Conveniadas por Tempo de serviço Ofertado



FONTE: NUSP /CENSO - SIGA / Panorama - 30 11 2021; 11h

Tanto o gráfico 07 que demonstra que das 27 Escolas conveniadas com o poder público municipal, observamos que 12 ofertam tanto a educação de tempo Integral, quanto a Educação sem Tempo Integral, 10 unidades ofertam somente educação sem tempo integral e 5 ofertam somente com Tempo Integral quanto as demais últimas 5 tabelas colocaram em discussão a necessidade de aumentar as escolas em tempo integral. Talvez essa seja uma alternativa para que a rede cubra com maior qualidade a demanda existente em Belém.

Estes dados da escola pública de jornada completa, suscitam nossas contribuições sobre as funções que se podem ou se devem atribuir à escola pública de tempo integral, discutindo sua possível contribuição para a democratização do acesso ao saber sistematizado e as implicações decorrentes da utilização da escola para a solução de problemas que se localizam no nível social mais amplo.

Nesta conjuntura queremos sublinhar que a Fundação Escola Bosque: Esta Fundação oferta tanto a Educação em Tempo Integral, quanto a Educação Sem tempo Integral; Escola Casa da Pesca: Possui Educação Integral tanto para o Curso de Recursos Pesqueiros, quanto para o EJA 3ª e 4ª Totalidades. Estes dados podem ser mais bem conferidos no Anexo I.

3. Cenário dos Alunos Matriculados



O CENSO ESCOLAR trabalha na coleta anual de informações sobre o número de alunos matriculados por turma, sexo e idade, e por nível de ensino, nível de formação dos professores e caracterização física das escolas da rede pública municipal de educação de Belém e de todas as modalidades de educação. Nesta perspectiva, um fator importante para destacarmos sobre a Educação Básica do município de Belém são os números de matrículas por dependência administrativa, tal informação é pertinente para que possamos verificar se as esferas administrativas estão seguindo os mesmos padrões de crescimento ou decréscimo. Dessa maneira, iremos fazer um breve apanhado sobre os números de matrícula da Educação Básica do município de Belém ao longo dos 6 últimos anos, segundo informações do INEP – de novembro 2021.

Tabela 03. Apresenta os números de Matrículas na Educação Básica por Dependência Administrativa em Belém, segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, de novembro de 2021.

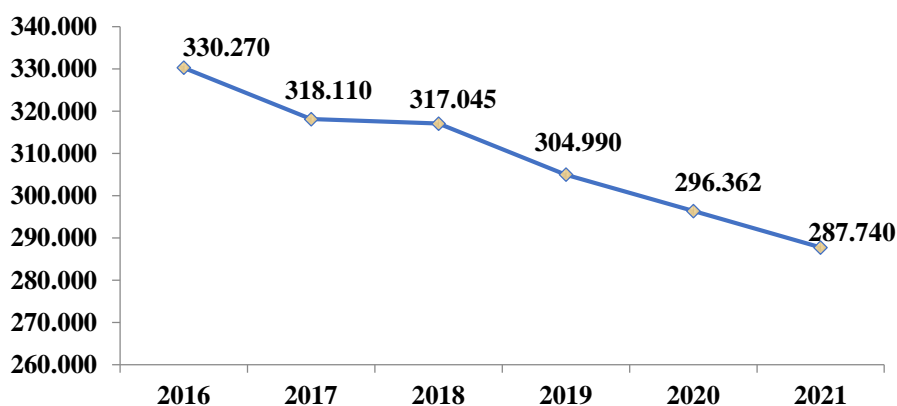
DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	2016	2017	Var (%) 2016-2017	2018	Var (%) 2017-2018	2019	Var (%) 2018-2019	2020	Var (%) 2019-2020	2021	Var (%) 2020-2021	TOTAL
Federal	5.308	5.504	3,69	5.526	0,40	5.768	4,38	5.744	-0,42	5.597	-2,56	33.447
Estadual	163.625	155.495	-4,97	154.520	-0,63	147.193	-4,74	139.113	-5,49	138.708	-0,29	898.654
Municipal	70.368	65.563	-6,83	65.686	0,19	65.176	-0,78	69.281	6,30	66.847	-3,51	546.555
Privada	90.969	91.548	0,64	91.313	-0,26	86.853	-4,88	82.224	-5,33	76.588	-6,85	519.495
TOTAL	330.270	318.110	-3,68	317.045	-0,33	304.990	-3,80	296.362	-2,83	287.740	-2,91	1.998.151

Fonte: INEP/MEC

Nela podemos observar que o número de matrículas da Educação Básica no município de Belém vem apresentando constantes quedas em todas as dependências administrativas ao longo dos últimos anos, no entanto percebemos que dentro da dependência administrativa municipal a maior queda, no número das matrículas, se deu no período de 2016 para 2017, onde observamos uma queda de 6,83% no número de matrículas, a maior queda de todas as dependências administrativas no período. Já no período de 2017 para 2018 a dependência Estadual foi quem sofreu maior queda de 0,63%, assim como no período de 2019 para 2020, onde a mesma apresentou queda de

5,49%. Também verificamos que no período de 2018 para 2019 a Dependência Administrativa Privada foi quem apresentou maiores perdas, com 4,88%, assim como no período de 2020 para 2021, onde demonstrou 6,85%. Assim sendo, percebemos que dentro do contexto global da Covid -19, que a Esfera administrativa Privada foi quem sofreu maiores perdas em números de matrículas na Educação Básica. A Gráfico 1, a seguir demonstra melhor as constantes quedas no número de matrícula da Educação Básica de Belém.

Gráfico 08 – Demonstra as constantes quedas nos números de matrículas da Educação Básica em Belém 2016 – 2021.



Fonte: INEP/MEC

O Gráfico 08, descreve claramente as constantes quedas nos números de matrículas da Educação Básica do município de Belém, quando demonstra que nos períodos de 2016 para 2017 e de 2018 para 2019, foram onde ocorreram as maiores quedas no número total de matrículas, sendo que de 2016 para 2017, houve uma perda equivalente 12.160 alunos, passando de 330.270 para 318.110 e no período de 2018 para 2019 a redução foi de 12.055 alunos, passando de 317.045 para 304.990.

Neste sentido é necessário enfatizar, que a partir de agora, tomaremos como base os dados do Sistema de Informação e Gestão Acadêmica – SIGA de 30 de Novembro de 2021. Vamos avaliar os Números de Matrículas da Educação Básica do município de Belém, por Etapas de Ensino, entre os anos de 2019 – 2021.

Tabela 04. Apresenta o Número de Matrícula da Educação Básica por Etapa de Ensino na RPME no período 2019 – 2021.

NÍVEL DE ENSINO	Anos			
	2019	2020	2021*	Total
Educação Infantil	16.574	17.647	20.870	55.091
Ensino Fundamental	48.616	46.257	45.415	140.288
Ensino Médio	136	224	215	575
Conveniadas	3.597	4.770	4.704	13.071
TOTAL	68.923	68.898	71.204	209.025

Fonte: SEMEC/NUSP/CENSO ESCOLAR/SIGA; 30.11.21.

*Nota – Dados Preliminares.

A tabela 04 demonstra que a Educação Infantil ao longo dos três últimos anos vem crescendo, tendo alcançado 20.870 alunos matriculados em 2021, o que representa um aumento de 3223 alunos com relação ao ano anterior, já o Ensino Fundamental vem sofrendo declínios desde 2020, quando alcançou 46.257 alunos, reduzindo assim 2.359 alunos com relação a 2019. Já em 2021 o Ensino Fundamental, voltou a reduzir seus números novamente, passando de 46.257 alunas, em 2020 para 45.415 alunos em 2021, ou seja, uma perda de 842 alunos em suas matrículas. Na Etapa do Ensino Médio, correram pequenas oscilações no número de matrículas, com um crescimento de 88 alunos em 2020 com relação a 2019 e um decréscimo de apenas 9 alunos em 2021 em relação a 2020, no entanto as Unidades Conveniadas que prestam serviços de Educação Pública com Recursos municipais, obtiveram um grande aumento em seus números de matrículas em 2020, com 4.770 alunos matriculados, tendo assim um aumento de 1.173 alunos em relação a 2019 e em 2020 para 2021 um leve decréscimo, passando de 4.770 alunos em 2020 para 4.704 em 2021, ocorrendo uma perda de apenas 66 alunos em 2021 em relação ao ano anterior.

A Coordenação do Ensino Fundamental, atualmente desenvolve FC e ATP aos servidores das escolas que ofertam os anos finais (CF III e IV). Em 2021 a ênfase da FC e do ATP foi a revisão do PPP das escolas e da PC da SEMEC, assegurando o diálogo sobre uma educação na perspectiva Freireana, no que trata ao processo educativo. Para implantação e implementação desta nova concepção desenvolveu temáticas sobre a inter e multidisciplinaridade nas



áreas de conhecimento, sobre neuroaprendizagens e (re)organização de tempos e espaços de aprendizagem em tempos de pandemia. Realizou oficinas sobre Conselho de Ciclo e a Olimpíada da Língua Portuguesa com o tema Memórias sobre mim: o lugar onde vivo. No ATP, os técnicos da COEF orientaram a elaboração do Plano Pedagógico de Apoio para atender aos alunos que progrediram com dificuldades na aprendizagem e alunos que por diversos fatores não retornaram as aulas em 2021 e se matricularão em 2022.

4. Espaços e Capital Humano

Todo esse contexto demanda uma logística que demanda planejamento e execução de obras de construção ampliação e manutenção dos espaços. segundo o Departamento de Manutenção – Infraestrutura – DEMA/SEMEC, responsável por todas as Obras e licitações e planejamento delas dentro da Secretaria municipal de Educação e das Unidades de Ensino trabalhou nas seguintes tarefas:

Tabela 05 - Número do tipo de Ação executada pelo Departamento de manutenção e Infraestrutura – DEMA

Tipo da Ação	Números
Obras Iniciadas	58
Obras entregues	5
Obras Contratadas	2
Licitações em Andamento	4
Licitações em Planejamento	10
Quadras de Esportes Iniciadas	14
Total	93

Fonte: DEMA até novembro de 2021.

Nela podemos verificar que das 93 Ações executadas pelo DEMA em 2021, 58 foram de obras iniciadas, 2 obras Contratadas e apenas 5 obras entregues. Também podemos observar que há 10 obras em planejamento licitatório e 4 em andamento licitatório e por fim tem-se 14 quadras de esportes iniciadas.

Acredita-se que o maior patrimônio de qualquer empresa, seja público ou privado é o seu capital humano, isto posto, a área de recursos humanos é uma componente essencial para o sucesso de qualquer organização. O DERH desta



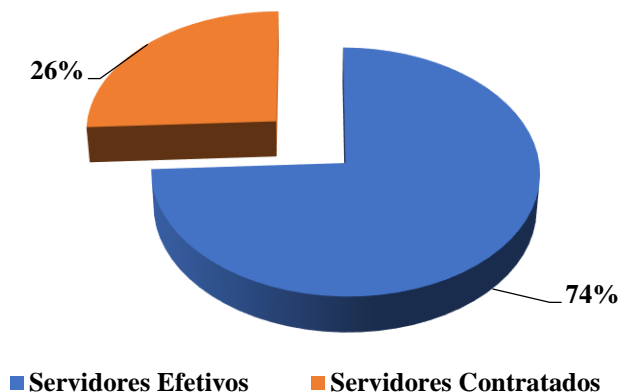
secretaria busca desenvolver estratégias, com ações mais eficazes e eficientes, para o atendimento ao servidor, intervindo nas demandas que abrangem contratação, administração de licenças e gratificações, avaliação do desempenho, planejamento de substituição dentre outros. Essas ações diárias são intensas, devido a análises legais de processos que incluem o ingresso do servido, seu direito a qualificação e remuneração, e sua avaliação funcional.

No que trata ao ingresso de novos profissionais, faz-se sua recepção considerando as orientações acerca do funcionamento da secretaria e das funções que irá exercer, garantindo informações de seus direitos e deveres, com acesso ao regimento da mesma. Ressaltando-se que o ingresso se dá por meio de processo seletivo, através de concurso público ou Processo Seletivo Simplificado.

O Processo Seletivo Simplificado (PSS)³ é a contratação temporária, imprescindível para suprir as carências temporárias da rede, devido ao afastamento temporário de servidores, a qual deve ser coberta por contratação temporária garantindo a carga horária do servidor em seu retorno. O afastamento do servidor acontece como direito legal a licenças, de ordem médica, para estudo em nível de Especialização, Mestrado ou Doutorado, prêmio, para atuação política e sem vencimento, ou processo de aposentadoria. Vejamos no Gráfico abaixo como está a situação dos trabalhadores da Educação e seus vínculos empregatícios:

Gráfico 09 - Percentual do Número de Servidores da SEMEC por Vínculo Trabalhista em 2021.

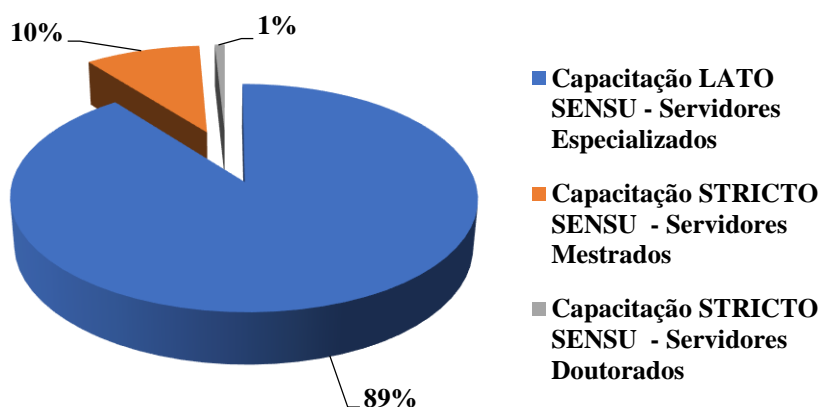
³ PSS – Processo Seletivo Simplificado.



A Gráfico 09 demonstra que dos 6.620 trabalhadores da SEMEC, 74% são servidores Efetivos, enquanto que 26% são contratados, ou seja, são o equivalente a 4.616 profissionais efetivos contra 1604.

Outro dado Importante dentro do número de pessoal da SEMEC é do número de trabalhadores qualificados com especialização, mestrado e doutorado como veem na Gráfico 10 a seguir:

Gráfico 10 - Percentual de Trabalhadores da SEMEC Qualificados por tipo de capacitação.

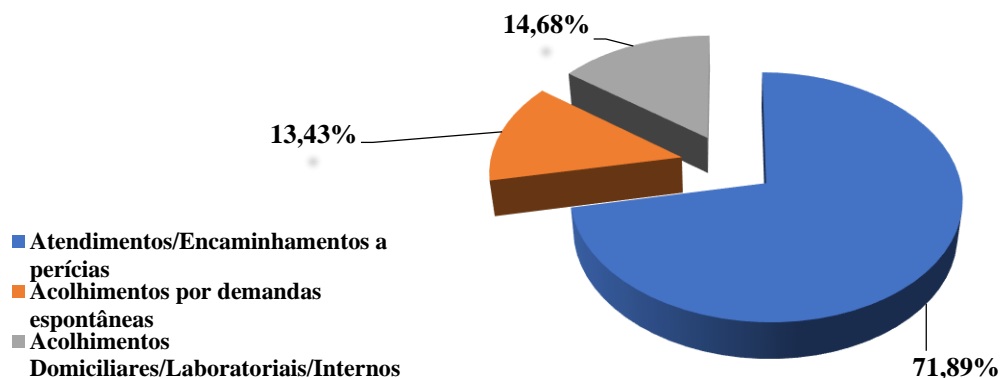


No gráfico 10, podemos observar que dos 6.220 trabalhadores da SEMEC, 2.183 possuem algum tipo de capacitação, tal como Especialização,

Mestrado ou Doutorado. Assim sendo, dos 2.183 trabalhadores 89% possuem especialização, 10% Mestrado e apenas cerca de 1% possuem Doutorado.

_ Núcleo de Assistência de Saúde ao Trabalhador: O objetivo deste Setor é prevenir e diminuir riscos e doenças relacionadas ao ambiente de trabalho, através de medidas como fiscalização e promoção de eventos técnicos. Desta maneira, a seguir demonstraremos quais as ações realizadas por este setor em 2021:

Gráfico 11 - Percentual de Servidores Assistidos pelo Núcleo de Assistência a Saúde do Trabalhador - NAST em 2021.



De acordo com a Gráfico 11, verificamos que dos 804 atendimentos realizados pelo NAST em 2021, 71,89% foram do tipo Atendimentos/Encaminhamentos a perícia, 14,68% foram do tipo Acolhimentos Domiciliares/Laboratoriais/Internos e apenas 13,43% foram Acolhimentos por Demanda Espontânea.

O Centro de Formação de Educadores Professor Paulo Freire, antigo **CFP**, recebeu esta nova nomenclatura por uma mudança de concepção, pois anteriormente desenvolvia ações de FC aos professores do CI e CII somente em horário de HP, hoje, além deste horário, promove a ampliação de horários de formação que contempla não só o professor, mas os diversos segmentos das escolas, por compreender que os profissionais da educação têm direito e necessitam de FC e ATP de qualidade. Assim como as demais coordenações vem desenvolvendo temáticas que viabilizem o pensar e fazer pedagógico amazônica nos anos iniciais, dialogando com a revisão do PPP e com a Proposta



Curricular desta SEMEC, abordando: “Eu na Amazônia: entrelaçando práticas educativas”, “(re)Conhecendo realidades amazônicas e construindo práticas educativas”, “Avaliação da aprendizagem no ensino não presencial”, “Registros e Práticas de Aprendizagem: matrizes para uma gestão democrática e emancipadora”, “Narrativas do trabalho pedagógico”, “Gestão democrática e participativa - Instâncias e Instrumentos da Gestão Democrática e participativa: o papel do PPP e do Conselho Escolar”, “A função do ASG enquanto educador: articulação do pensamento de Paulo Freire e o contexto escolar”. Realizou o I Webinário do CFEPE com o tema: As ideias de Paulo Freire para uma cidade alfabetizadora e educadora.

Foram realizados momentos importantes na perspectiva de ampliar e aprimorar o conhecimento e a prática pedagógica de professores, equipe diretiva e grupo de apoio, desenvolvidos de forma híbrida (presencial e virtual) em diversas áreas de conhecimento, respeitando a especificidade de cada segmento da escola. Essas iniciativas estão expressas no quantitativo de participantes e carga horária de FC e ATP nos gráficos 12 e 13.

O gráfico 12 apresenta a participação dos profissionais da educação e a carga horária anual da FC ofertada pelas equipes de trabalho da DIED. Aparentemente, apresentadas de forma isolada, isto é, detalhadas por equipe, tem-se a impressão que se ofertou poucas horas, entretanto quando observamos o total da carga horária disponibilizada, é perceptível que as 767 horas foram decisivas para implementação de ações que vão consolidando a nova concepção de educação da SEMEC.

Destaca-se ainda que dos 4.442 participantes das ações de FC da DIED, 18,0% compareceram as realizadas pelo CFEPF, 13,6% das promovidas pela COEI, e 11,7% das ofertadas pela CODERER, indicando que investir em temáticas e metodologias de interesse e necessidades dos profissionais de educação contribuiu para o fortalecimento da gestão democrática escolar e práxis pedagógica diferenciadas, considerando neste processo o contexto sócio-histórico-econômico de Belém, como é possível observar.

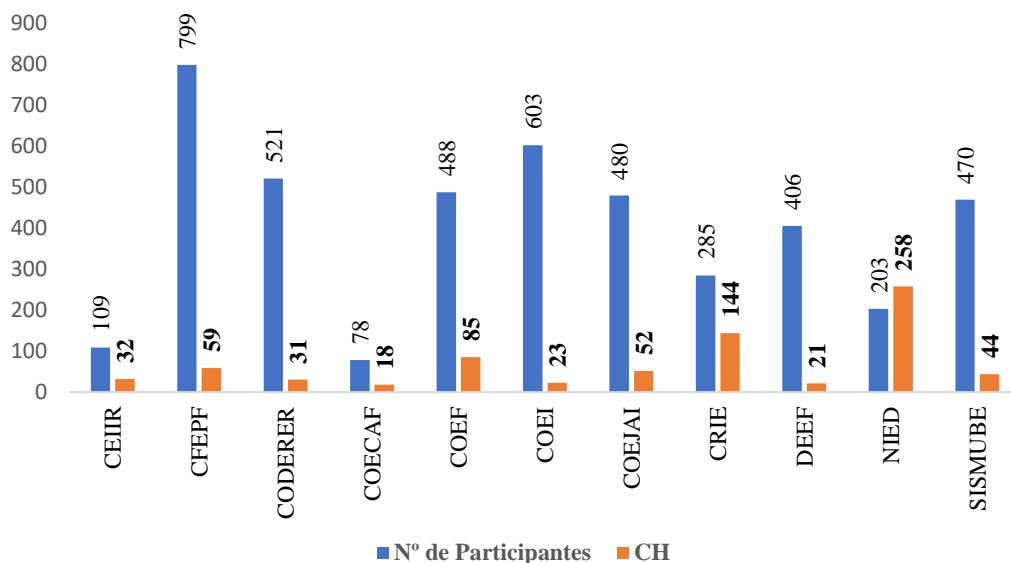


Foram realizados momentos importantes na perspectiva de ampliar e aprimorar o conhecimento e a prática pedagógica de professores, equipe diretiva e grupo de apoio, desenvolvidos de forma híbrida (presencial e virtual) em diversas áreas de conhecimento, respeitando a especificidade de cada segmento da escola. Essas iniciativas estão expressas no quantitativo de participantes e carga horária de FC e ATP nos gráficos 12 e 13.

O gráfico 12 apresenta a participação dos profissionais da educação e a carga horária anual da FC ofertada pelas equipes de trabalho da DIED. Aparentemente, apresentadas de forma isolada, isto é, detalhadas por equipe, tem-se a impressão que se ofertou poucas horas, entretanto quando observamos o total da carga horária disponibilizada, é perceptível que as 767 horas foram decisivas para implementação de ações que vão consolidando a nova concepção de educação da SEMEC.

Destaca-se ainda que dos 4.442 participantes das ações de FC da DIED, 18,0% compareceram as realizadas pelo CFEPF, 13,6% das promovidas pela COEI, e 11,7% das ofertadas pela CODERER, indicando que investir em temáticas e metodologias de interesse e necessidades dos profissionais de educação contribuiu para o fortalecimento da gestão democrática escolar e práxis pedagógica diferenciadas, considerando neste processo o contexto sócio-histórico-econômico de Belém, como é possível observar:

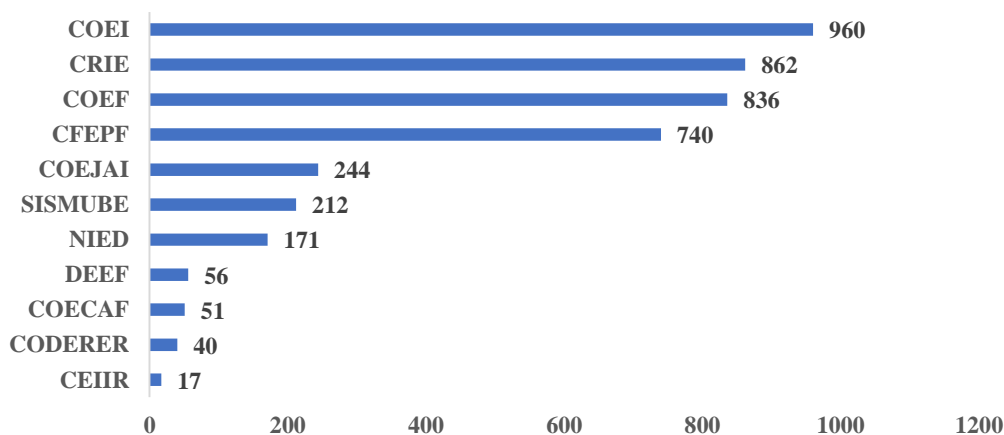
Gráfico 12 – Nº de Participantes e Carga Horária da FC realizada em 2021



Fonte: DIED/SEMEC– 2021

No gráfico 13, abaixo, ressalta-se a carga horária significativa utilizada para a realização do ATP aos profissionais da educação dos 203 espaços educativos da RPMEB, com destaque para o trabalho da COEI, do CRIE e da COEF, que juntos perfazem 63,5% das 4.189 horas disponibilizadas pela DIED para esta ação, com 22,9%, 20,6% e 20,0% respectivamente, como é possível verificar.

Gráfico 13. Carga Horária do ATP realizado em 2021



Fonte: DIED/SEMEC– 2021

No gráfico 13, abaixo, ressalta-se a carga horária significativa utilizada para a realização do ATP aos profissionais da educação dos 203 espaços

educativos da RPMEB, com destaque para o trabalho da COEI, do CRIE e da COEF, que juntos perfazem 63,5% das 4.189 horas disponibilizadas pela DIED para esta ação, com 22,9%, 20,6% e 20,0% respectivamente, como é possível verificar.

Transporte

Outra dimensão importante para a comunicação é o sistema de transporte da SEMEC. Quanto a gestão de transporte a SEMEC administra por meio de um departamento que objetiva controlar, através de métodos funcionais, técnicas e tecnologias as atividades que envolvem os veículos de uma frota e as interações desses com as pessoas. Com isso o setor do transporte tem buscado aumentar a produtividade e a eficiência operacional e financeira. Veja agora nesta tabela o panorama de ações deste setor:

Tabela 06 - Apresenta o número de Ações executadas pelo Setor de Transportes em 2021.

Tipo da Ação	Números
Contratação de Lanchas para atender as Unidades escolares das Ilhas	7
Aquisição de Ônibus Escolares	10
Contratação de Barcos	18
Total	35

Fonte: Setor de transporte

A tabela demonstra que em 2021, dos 35 veículos adquiridos para fazer a locomoção dos alunos da rede pública municipal de Educação, 18 são barcos e 7 são lanchas contratados e 10 ônibus comprados.

4. Os Conselhos Escolares

Demonstrativo situacional dos Conselhos municipais da Rede Pública Municipal de Educação de Belém.

Primeiramente é necessário que tenhamos em mente que os conselhos escolares são constituídos por pais, representantes de alunos, professores, funcionários, membros da comunidade e diretores de escola. Cada escola deve estabelecer regras transparentes e democráticas de eleição dos membros do conselho.



Cabe ao conselho zelar pela manutenção da escola e monitorar as ações dos dirigentes escolares a fim de assegurar a qualidade do ensino. Eles têm funções deliberativas, consultivas e mobilizadoras, fundamentais para a gestão democrática das escolas públicas.

Entre as atividades dos conselheiros estão, por exemplo, fiscalizar a aplicação dos recursos destinados à escola e discutir o projeto pedagógico com a direção e os professores. Assim sendo, iremos avaliar como está a situação cadastral dos conselhos escolares da Rede Pública Municipal de Educação em novembro de 2021.

Tabela 07 – Apresenta o Número de unidades com conselhos escolares na rede pública Municipal de Educação por Distrito Administrativo de Belém em 30 de novembro de 2021.

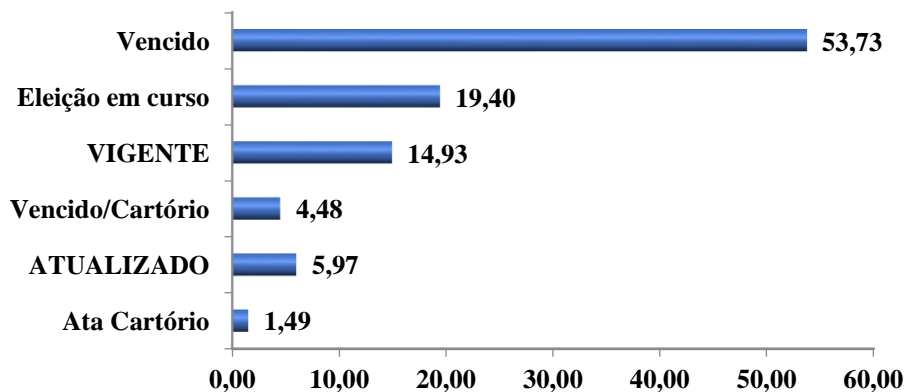
Distrito	Nº de Unidades com Conselhos
DABEL	6
DABEN	10
DAENT	6
DAGUA	12
DAICO	8
DAMOS	7
DAOUT	4
DASAC	14
Total geral	67

Fonte: Banco de dados da Equipe de Recursos Federais

Na tabela acima, observamos que há somente 67 escolas com conselhos municipais cadastrados das 203 unidades que compõe a rede Educacional Básica de Belém, no entanto a situação destes conselhos deixa a desejar, como podemos observar.

Observa-se que o Conselho Escolar de Educação da Rede pública de Belém tem apresentado grande deficiência com relação as suas situações de Vigência, Prestação de Contas, Cadastro PDDE Web e Liberação de recursos. Gráficos a seguir irá demonstrar melhor a situação destes conselhos:

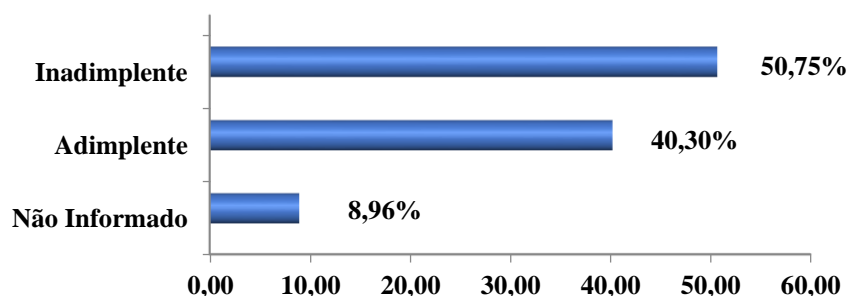
Gráfico 14 – Demonstra o Percentual Situacional dos Conselhos quanto a Vigência



Fonte: Banco de dados da Equipe de Recursos Federais

Nela pode-se observar que 53,73% dos conselhos estão com seus conselhos Vencidos, 19,40% estão em Eleição, apenas 14,93% estão em vigência e 5,97% atualizados, enquanto que 4,48% estão vencidos em cartório e 1,49 em Atas.

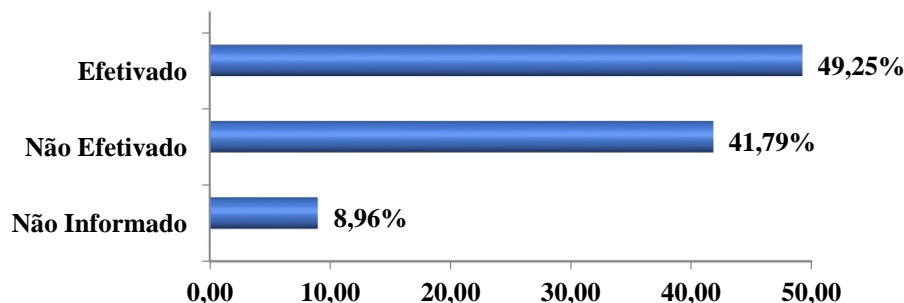
Gráfico 15 – Demonstra a situação dos Conselhos quanto a Prestação de Contas.



Fonte: Banco de dados da Equipe de Recursos Federais

Nela se observa que 50,75% dos conselhos estão Inadimplentes, enquanto 40,30% estão Adimplentes 8,96% não foram Informados quanto a esta situação.

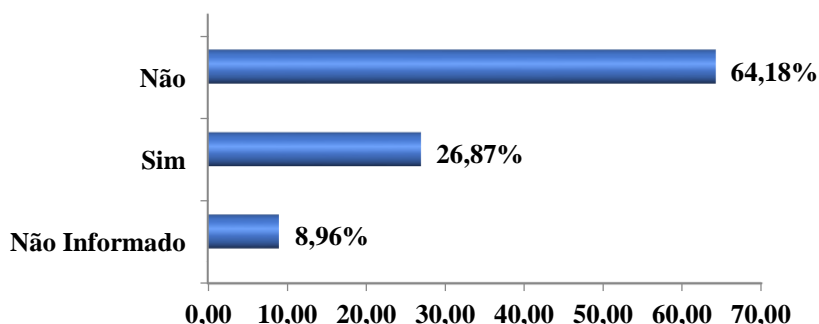
Gráfico 16 – Demonstra a situação dos Conselhos quanto ao Cadastro PDDE Web



Fonte: Banco de dados da Equipe de Recursos Federais

Nela se observa que 49,25% dos conselhos estão com seus cadastros no PDDE Web Efetivados, enquanto que 41,79% Não Foram efetivados e somente 8,96% não foram Informados quanto a esta situação.

Gráfico 17 – Demonstra a situação dos Conselhos quanto a Liberação de Recursos



Fonte: Banco de dados da Equipe de Recursos Federais

Nela se observa que apenas 26,87% dos conselhos estão com seus recursos liberados, enquanto que 64,18% estão com recursos bloqueados e 8,96% não Informaram suas situações.

2º CAPÍTULO

UM MERGULHO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A sociedade brasileira tem enfrentado mudanças significativas, fazendo com que diferentes setores precisassem repensar seus métodos e processos. No contexto multifacetado de provocações ao pensamento que se abre em novas perspectivas e adequações ao novo, emergiu a necessidade



imprescindível em estabelecer, sobretudo nesta nova gestão, uma educação democrática como um método de ação indo surfando nessa onda que se popularizou nos últimos anos no Brasil com proposições incentivadoras a todos os agentes da Educação; dos alunos aos técnicos, auxiliares da manutenção aos professores de modo a gerar impactos positivos para as instituições de ensino da Rede Municipal de Belém. Se este direcionamento é importante na gestão das várias dimensões da Educação, ao planejarmos e executarmos o atendimento à primeira infância, a gestão democrática emerge como conditio sine qua non, pois a Educação infantil diz respeito a um processo complexo. Ela envolve diferentes políticas e setores governamentais e não governamentais, tais como educação, saúde e nutrição, assistência social e proteção da criança. Os serviços de atendimento à primeira infância precisam levar em consideração aspectos ligados à licença parental, ao emprego da mulher, à igualdade, oportunidades, às questões socioeconômicas das famílias, à ação e à responsabilidade de diferentes secretarias e ministérios.

Vamos agora visitar as nossas ações educacionais voltadas para as crianças de zero a cinco anos de idade. É nessa fase que acontece o primeiro contato com a escola, sendo uma fase fundamental para o desenvolvimento global dos alunos. Na educação infantil trabalha-se os aspectos cognitivo, físico, motor, psicológico, cultural e social dos pequenos, através de atividades lúdicas que favorecem a sua imaginação e criatividade. A educação infantil é dividida em: Creche e Berçário.

1. Desafios da Educação Infantil

Segundo o INEP, em 2013 foram 19.911 matrículas na educação infantil contra 18.592 em 2019, apontando uma redução de 7%, (ou seja, reduziram em 1.318 crianças no período). Em creches, foram 3.606 matrículas em 2013 e 3.530 em 2019 com uma redução de 2% (ou 76 crianças a menos). Na Pré-escola, por sua vez, foram 14.292 matrículas em 2013 e 13.044 em 2019, com redução de 9% no período ou 1.248 crianças a menos.

A Educação Infantil, um dos grandes desafios da RPMEB e todos os municípios do Brasil no que trata ao acesso à Educação Básica, constitui-se em

uma das políticas para a Primeira Infância que deve assegurar no processo de aprendizagem, espaços e tempos para participação, desenvolvimento biopsicossocial, diálogo e escuta das famílias e responsáveis.

Dentro desta concepção, ofertar Educação Infantil de qualidade é um dos caminhos para construir, quotidianamente uma escolarização e uma sociedade melhor. Entretanto, os desafios para esta oferta são prementes, principalmente no que trata ao atendimento em creche, que requer uma infraestrutura física e pedagógica diferenciada e de custo elevadíssimo, para efetivação do ato de educar e cuidar que as crianças desta faixa etária exigem. Assim sendo, podemos observar na tabela 04, em 2021, na RPME, foram matriculados 20.870 alunos na Educação Infantil, sendo 6.382 alunos em Creches e 14.488 no Pré- escolar, havendo assim, uma ampliação nos números de matrículas de 3.223 alunos matriculados em relação a 2020.

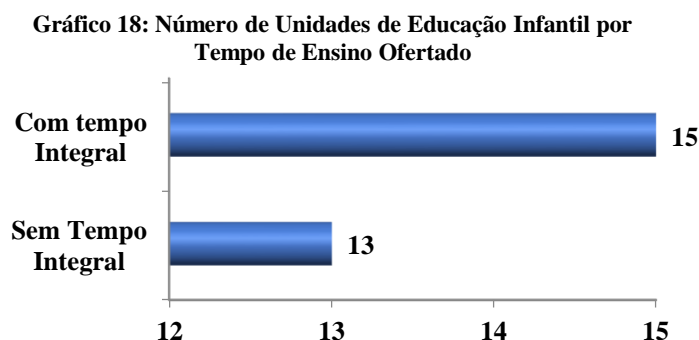
Tabela 08. Apresenta o número de Matrícula na Etapa de Educação Infantil da RPME no período de 2019 – 2021.

EDUCAÇÃO INFANTIL	ANO			Total
	2019	2020	2021*	
Creche	4.967	4.709	6.382	16.058
Pré-Escola	15.204	12.938	14.488	42.630
TOTAL	20.171	17.647	20.870	58.688

Fonte: ETCE/NUSP/SEMEC – Relatório Panorama 30.11.21

*Nota – Dados SIGA.

Nota 2: Creche – 0 a 3 anos de idade e Pré- Escola – 4 a 5 anos de idade.



FONTE: NUSP /CENSO - SIGA / Panorama - 30 11 2021; 11h



Quando analisamos o gráfico 18, observamos que das 28 Unidades de Educação Infantil, 15 ofertam educação de tempo Integral, em quanto que 13 unidades ofertam somente educação sem tempo integral.

Nesta esteira a Coordenação da Educação Infantil retoma nesta gestão o diálogo sobre a revisão da proposta curricular da RPMEB, a partir das diversas infâncias que constituem esse território singular de Belém, dando ênfase a uma FC e ATP dos 144 espaços educativos que atende, com a temática “Infâncias Amazônicas na Belém de nossa gente: visibilidade e protagonismo no currículo da Educação Infantil”, trazendo nesse contexto as singularidades, desafios e inventividades no processo de educar e cuidar das crianças na faixa etária de zero a cinco anos de idade em tempos de pandemia. Realizou o I Festival Cultural Amazônico da Educação Infantil e vem desenvolvendo o trabalho com símbolos lúdicos na aprendizagem, iniciando com a casa. Esta coordenação, dentro da nova concepção de educação desta Semec, está discutindo e vivenciando, junto a sociedade, uma experiência inusitada no país, qual seja a ampliação da carga horária de atendimento em creches⁴ a partir das 18h.

2. Desenvolvendo Projetos

Dentro desta disposição desenvolvemos vários projetos como;

1. O Projeto de formação de Educação continuada para professores da Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Belém.
2. Projeto ser criança e adolescente na Belém da nossa gente;
3. Projeto Cardápio Dedicada;
4. Semana Municipal do Brincar;
5. 1º Festival Cultural Amazônico da Educação Infantil;
6. Projeto Semana do Bebê;

⁴ Atendimento de crianças de 0 a 5 anos de idade a partir das 18h, para mães que necessitam estudar e/ou trabalhar e não tem onde deixar sua criança em segurança.

7. Programa Unidade Amiga da Primeira Infância - UAPI.

Promovemos também Diálogos Formativos para Professores com os temas: "Cuidar de bebês e crianças em tempos de pandemia: Singularidades, desafios e inventividades"; "A interação com bebês no formato não presencial: desafios e possibilidades"; "Infâncias Amazônicas na Belém da Nossa Gente: visibilidade e protagonismo no currículo da educação infantil"; e, "O desenvolvimento infantil e aprendizagens na primeira infância". Mesa Redonda: "Enfrentamento à violência sexual contra a criança, sua voz precisa ser ouvida, denuncie!"; Lançamento do Cardápio Dedicado e Apresentação do Projeto Ser Criança e Adolescente a Belém da Nossa Gente; Circuito de Diálogos Formativos com Gestores da Educação Infantil: "Enfrentamento à violência sexual contra a criança, sua voz precisa ser ouvida, denuncie!".

Nesta dinâmica apresentamos o Programa UAPI (Unidade Amiga da Primeira Infância) aos gestores das escolas participantes; Ações Lúdicas do Programa UAPI; Formações com Tutores Regionais do Programa UAPI e Vídeos Educativos disponibilizados no canal da Coordenação da Educação Infantil com Experimentações Artísticas das crianças da Educação Infantil, disponibilizadas por meio de vídeos no canal da COEI. Estes projetos alcançaram a Participação de 2.589 profissionais da Educação Infantil.

Ao desenvolver todas estas ações queremos alcançar 100% dos profissionais atuantes na Educação Infantil da RMB, para tanto precisamos encontrar estratégias para estimular a participação frequente dos profissionais da Educação Infantil nos diálogos formativos, com perguntas e críticas construtivas ao trabalho realizado nas Unidades Educativas, bem como a participação das famílias nas interações com as crianças.

Na realização desses projetos encontramos também dificuldade sobretudo na destinação de recursos financeiros para divulgação das ações desenvolvidas e propiciar uma maior abrangência das ações desenvolvidas.

Seria de suma importância que as experimentações artísticas das crianças da Educação Infantil, fossem disponibilizadas por meio de vídeos no



canal da COEI, como também a melhoria das condições prediais da rede física. Reforma, manutenção e construção de até 31 unidades de educação infantil e melhoramento do atendimento nas unidades. Neste período sentimos muito a necessidade de nosso caminhão que não foi disponibilizado por falta de manutenção, visto que, por ser maior este agiliza a logística de entrega de equipamentos e materiais. Sofremos com a alta demanda da rede física e limitação de ferramentas e profissionais no departamento sobrecarregando a equipe. Porém, estamos trabalhando na estrutura com 02 obras entregues; 24 em curso e 5 em tramitação.



3º CAPÍTULO

COM AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES

DO ENSINO FUNDAMENTAL

O Ensino Fundamental é um dos níveis da Educação Básica no Brasil que objetiva a formação essencial do cidadão. A este propósito se a gestão democrática no ensino infantil coloca em diálogo a pluralidade da complexidade inerente ao ensino Infantil tendo como objeto do olhar para a criança, no ensino fundamental a gestão dá um passo a mais no sentido de envolver os alunos no exercício de participação a fim de educar o aluno: fazendo juntos, para que ele se forme no protagonismo coletivo passando de objeto do olhar para sujeito que olha com os outros e alcance o direito humano de autonomia e de consciência crítica⁵.

Desde 2006, a duração do Ensino Fundamental, que até então era de 8 anos, passou a ser de 9 anos. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9395/96) foi alterada em seus artigos 29, 30, 32 e 87, através da Lei Ordinária 11.274/2006, e ampliou a duração do Ensino Fundamental para 9 anos, estabelecendo como prazo para implementação da Lei pelos sistemas de ensino, o ano de 2010. O Ensino Fundamental passou então a ser dividido da seguinte forma: o Anos Iniciais – compreende do 1º ao 5º ano, sendo que a criança ingressa no 1º ano aos 6 anos de idade. os Anos Finais – compreende do 6º ao 9º ano.

Os sistemas de ensino têm autonomia para desdobrar o Ensino Fundamental em ciclos, desde que respeitem a carga horária mínima anual de

⁵ Para isso, segundo o artigo 32º da LDB, é necessário: I – o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo; II – a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade; III – o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores; IV – o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

800 horas, distribuídos em, no mínimo, 200 dias letivos efetivos. O currículo para o Ensino Fundamental Brasileiro tem uma base nacional comum, que deve ser complementada em cada sistema de ensino, de acordo com as características regionais e sociais, desde que obedeçam as seguintes diretrizes:

I – a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática;

II – consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento;

III – orientação para o trabalho;

IV – promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não-formais. (ART. 27º, LDB 9394/96)

Além da LDB, o Ensino Fundamental é regido por outros documentos, como as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental, o Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172/2001), os pareceres e resoluções do Conselho Nacional de Educação (CNE) e as legislações de cada sistema de ensino. Vejamos agora a tabela que exprime a situação das matrículas do Ensino fundamental na Rede de Ensino Municipal de Belém⁶.

1. Os sujeitos do Ensino Fundamental

Tabela 09. Apresenta o Número de Matrícula no Ensino Fundamental da RPME

2019– 2021.

ENSINO FUNDAMENTAL		ANO			
		2019	2020	2021*	Total
REGULAR	Anos Iniciais	30.836	32.407	31.166	94.409
	Anos Finais	12.010	13.850	14.421	40.281
SUB-TOTAL		42.846	46.257	45.587	134.690
EJA	1ª Fase	1.354	1.328	1.334	4.016
	2ª Fase	4.198	3.778	3.287	11.263
	PROJOVEM	150	-	-	150

⁶ A responsabilidade pela matrícula das crianças, obrigatoriamente aos 6 anos de idade, é dos pais. É dever da escola, tornar público o período de matrícula.



	Integrado a Ed. Profissionalizante.	68	57	43	168
SUB-TOTAL		5.770	5.163	4.664	15597
TOTAL		48.616	51.449	50.251	452.541

Fonte: NUSP/SEMEC – Relatório Panorama 30.11.21

*Nota 1 – Dados SIGA.

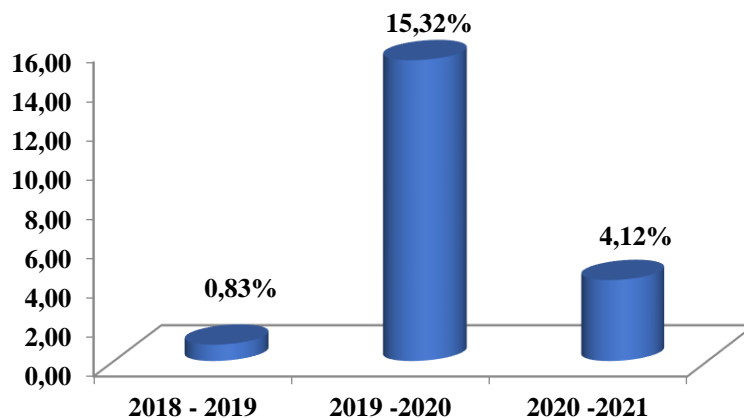
Na tabela 09, podemos observar que em 2021, foi matriculado um total de 50.251 alunos, destes 45.587 no ensino regular, e 4.664 na EJA, havendo assim, um decréscimo de cerca de 2,32%, do total das matrículas do ensino Fundamental, em relação ao ano de 2020, porém nos anos iniciais, em 2021 houve um decréscimo de 3,83% no número de matrículas, em relação ao ano anterior e um aumento de 4,12% nos anos finais em relação a 2020. Na EJA, o total de matrículas foi de 4.664 em 2021, com diminuição de 9,66% em relação ao ano anterior, este declínio na matrícula da EJA pode sugerir uma relação com as taxas de natalidade, que vem apresentando quedas ao longo dos anos e isso pode estar provocando também uma redução na distorção idade-série-ano.

Neste contexto a Equipe de Pesquisa e Documentação da SEMEC realizou estudos bibliográficos referenciais sobre a Educação de Jovens, Adultos e Idosos no Brasil com a produção de um artigo sobre a EJA no Brasil pelo Prof. Dr. Charles Souza membro da EPD e a equipe realizou estudos referenciais e coleta de dados sobre a Educação de Jovens e Adultos – EJA, no período de 2016 a 2019 da RPMEB, nos distritos do DAENT e DAOUT, como também elaborou um Projeto de Pesquisa com a sistematização de dados (matrícula, rendimento e movimento) sobre a EJA com produção do Referencial Teórico da pesquisa e definição da metodologia da pesquisa a ser desenvolvida no próximo ano com o intuito de oferecer uma reflexão sobre o fenômeno da evasão na EJA na rede municipal de ensino.

A Coordenação de Educação de Jovens, Adultos e Idosos foi criada em 2021, e mais que assegurar um direito, representa o compromisso desta gestão com uma política educacional para todos na promoção da oferta de FC e ATP aos servidores das escolas que atendem a população de uma faixa etária que por diversos fatores não tiveram a oportunidade de concluir sua escolarização “no tempo certo” estabelecido por lei, que até 2020 participavam

da FC e ATP da COEF, que estava mais voltada para o ensino chamado regular, evidenciado pelo horário de trabalho dos técnicos, 08h às 17h, quando a oferta da Educação de Jovens, Adultos e Idosos na RPMEB se efetiva no período noturno. Esta coordenação, em parceria com outras instituições, realizou o levantamento do número aproximado de analfabetos em Belém, para implantação e implementação do Programa Municipal de Alfabetização, de concepção e Metodologia Freireana, que já conta com duas turmas piloto, uma no Centro Pop de Icoaraci e outra no bairro de São Brás, com a perspectiva de alfabetizar oito mil belenenses em 2022. Desenvolve junto aos diversos segmentos das escolas que ofertam EJA temáticas sobre: “Alfabetização e Letramento, Currículo e Identidade da/na EJA”, “Comunicação e Tecnologias em tempos de pandemia”, “Aspectos teórico-metodológicos da alfabetização na perspectiva Freireana”, e realizou a oficina Fundamentos do Desenho.

Gráfico 19 – Apresenta a variação percentual do número de matrículas dos anos finais do Ensino Fundamental nos períodos de 2019 a 2021.



Fonte: NUSP/SEMEC – Relatório Panorama 30.11.21

Observemos que o gráfico 12, demonstra uma variação percentual bastante acentuada nos número de matrículas dos anos Finais do Ensino Fundamental, quando no Período de 2019 para 2020, observamos um crescimento acentuado de 15,32% com relação ao período anterior, e em seguida, no período de 2020 para 2021, um percentual de apenas 4,12%, ou seja, uma drástica redução na variação percentual nas matrículas, desta etapa de ensino, sugerindo assim, uma certa discrepância de dados. Tamaña redução pode ter tido como causa a Pandemia do Covid-19 que levou muitas famílias a



não querer que as crianças voltassem para as escolas como forma de protegê-las.

No tocante a participação, a fim de garantir o diálogo e a ação coletiva na composição pedagógica e na construção de conhecimento desde fevereiro de 2021 desenvolvemos uma formação contínua com os ciclos I e II, formação do ASG com um total de 1.7293 participações nas formações ao longo deste ano.

Um projeto relevante se deu com a Equipe Técnico-Pedagógica, cuja função é assessorar, acompanhar e promover formações para as Bibliotecas Escolares da RME, assim o Projeto Mediação de Leitura e Baú das Histórias, bem como para outros segmentos sociais ligados ao Livro, Leitura e Bibliotecas. Nesta esteira a Biblioteca da SEMEC é um espaço de referência para leituras, estudos e pesquisas para profissionais da RME, possibilitando o acesso a livros literários na perspectiva da pluriversidade e de formação técnico-pedagógica. Neste esquema o Processamento Técnico tem o objetivo de demandar aquisição e realizar seleção e encaminhamento de acervo para as bibliotecas escolares e Projeto Baú das Histórias. Consultoria de Projetos, cuja função é elaborar e implementar projetos de incentivo à leitura e buscar parcerias e captação de recursos dentro e fora da PMB. Setor Técnico-Administrativo tem o objetivo de coordenar os processos referentes às demandas técnico-administrativas das Bibliotecas Escolares, Baú das Histórias e Projeto de Mediação de Leitura.

Esta ação tem o objetivo de integrar Bibliotecas Escolares e Projeto de Mediação de Leitura e Ressignificação com o Projeto Baú das Histórias, mas houve pouca integração com a gestão das escolas e diminuto envolvimento com as demais equipes da DIED; e dificuldade de infraestrutura da SEMEC para realizar formações permanentes. Neste processo percebemos que precisamos de uma maior integração com a gestão das escolas e também uma melhor integração com as demais equipes da DIED. Neste sentido encontramos dificuldades de infraestrutura da SEMEC para realizar formações permanentes.

4º CAPÍTULO

O MUNDO JOVEM E OS ALUNOS ESPECIAIS

Dentre os inúmeros desafios a serem enfrentados pela nossa sociedade, no decorrer deste ano, a educação segue ocupando um lugar privilegiado, sobretudo aquela dedicada aos jovens. Como é de nosso conhecimento, não resta dúvidas de que desempenho escolar e potencial de inovação são demandas urgentes para nossos sistemas de ensino.

Por isso, apesar de não ser responsabilidade obrigatória do governo municipal, o Ensino Médio passou a ser ofertado pela RPME na área insular de Belém, no DAOUT, na Ilha de Caratateua, devido à necessidade de jovens que concluíram o Ensino Fundamental e não puderam ser absorvidos pela rede estadual, cuja oferta de vagas para este nível de ensino era bem menor que a demanda.

Neste contexto, a FUNBOSQUE, que abria a oferta de vagas para a Educação Básica vinculada a RPME em 1996, atende à demanda social desta comunidade, ofertando turmas do ensino médio técnico integrado na área ambiental, para 122 jovens. Em 2015, surge uma nova demanda para este nível de ensino, decorrente de 28 jovens, filhos de pescadores do entorno da ilha, que concluíram o Ensino Fundamental na modalidade EJA Integrado em uma das escolas municipais, sendo implantadas duas turmas com o curso Técnico em Recursos Pesqueiro. Assim sendo a tabela 06 irá apresentar os número de matrículas no Ensino Médio da RPME 2019 – 2021.

Tabela 10. Apresenta o Número de Matrícula no Ensino Médio da RPME 2016 – 2021.

NÍVEL DE ENSINO	MODALIDADE/ ANOS	ANO			
		2019	2020	2021*	Total
Ensino Médio	Técnico Integrado (seriado e semestral)	119	204	141	464
	EJA – Integrada à Educação Profissional	17	0	55	72
	TOTAL	136	204	196	536

Fonte: ETCE/NUSP/SEMEC – Relatório Panorama 30.11.21

*Nota 1 – Dados SIGA.

Nela podemos observar que em 2021 houve uma redução no número de matrículas do Ensino Médio de apenas 8 alunos com relação a 2020, no entanto a Educação de Jovens e Adultos – EJA Integrada a Educação

Profissional obteve o maior número de matrículas ao longo dos últimos 3 anos, quando apresentou 55 alunos matriculados, enquanto o Ensino Médio Técnico Integrado (seriado e semestral) apresentou 141 alunos matriculados, ou seja, uma redução de 63 alunos com relação ao ano anterior.

1. Etapa da Educação de Jovens e Adultos

Tabela 11. Apresenta o número de Matrícula na EJA da RPME 2016 – 2021.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS		Anos			
		2019	2020	2021*	Total
Ensino Fundamental	1ª Fase	1.354	1.328	1.334	4.016
	2ª Fase	4.198	3.778	3.287	11.263
	PROJOVEM	150	-	-	150
	Integrada à Ed. Profissional	68	54	43	165
SUBTOTAL		5.770	5.163	4.664	15.594
Ensino Médio	Integrada à Educação Profissional	17	0	71	88
TOTAL		5.787	5.163	4.735	15.682

Fonte: ETCE/NUSP/SEMEC – Relatório Panorama 30.11.21

*Nota 1 – Dados SIGA.

Nela, conseguimos avaliar que em 2021 a EJA – Educação de Jovens e Adultos matriculou 4.735 alunos, sendo que em 2020 estes números ficaram em 5.163, sendo assim, observamos uma queda de 428 anos em 2021. Também observamos que em 2021 a EJA Ensino Fundamental 2ª fase, foi a série com maiores números de alunos matriculados, já o EJA Ensino Médio Integrada a Educação Profissional apresentou um crescimento bastante relevante com relação aos últimos 3 anos, alcançando um número de 71 alunos matriculados.

2. Matrícula na Educação Especial na RPMEB 2019- 2021

A educação especial é ramo da educação dirigido a alunos com: transtornos gerais do desenvolvimento (TGD) / transtorno do espectro autista

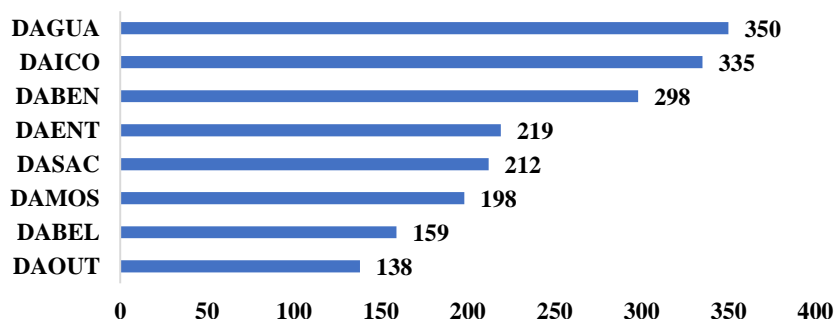


(TEA); uma ou mais deficiências (física, visual, auditiva, intelectual); altas habilidades ou superdotação. A educação especial pode ocorrer em instituições educacionais públicas ou privadas, sejam elas regulares ou especializadas; em salas regulares, especializadas ou de recursos multifuncionais (SRM); sob a condução de professores regentes (generalistas ou especialistas) ou de professores especializados em atendimento educacional especializado (AEE); contando com o apoio de especialistas de outras áreas ou não (fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos, psicólogos, psicopedagogos, psiquiatras, neuropediatras, neurologistas etc.).

A educação especial é uma educação organizada para atender específica e exclusivamente alunos com determinadas necessidades especiais. Algumas escolas dedicam-se apenas a um tipo de necessidade, enquanto outras se dedicam a vários. O ensino especial tem sido alvo de críticas por não promover o convívio entre as crianças especiais e as demais crianças. Por outro lado, a escola direcionada para a educação especial conta com materiais, equipamentos e professores especializados. O sistema regular de ensino precisa ser adaptado e pedagogicamente transformado para atender de forma inclusiva.

Assim, os objetivos da educação especial são os mesmos da educação em geral. O que difere, entretanto, é o atendimento, que passa a ser de acordo com as diferenças individuais do aluno. Assim sendo iremos demonstrar na tabela 08, como vem se comportando o número de matrículas da Educação Especial no município de Belém por nível de Ensino, segundo dados preliminares do SIGA de novembro de 2021.

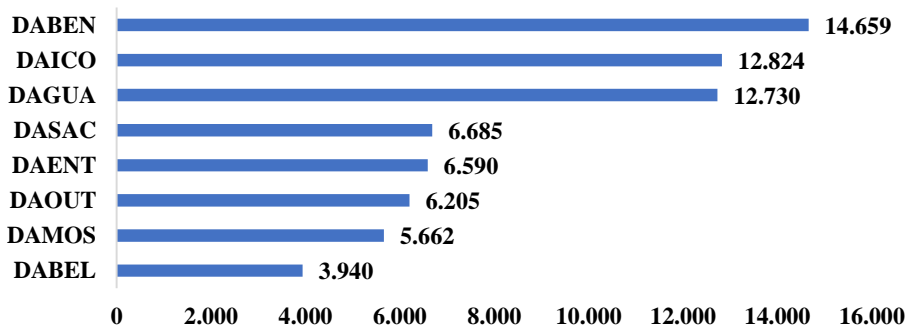
Gráfico 20: Apresenta o Número de Alunos Especiais por distrito, segundo o SIGA de 30 de novembro de 2021



FONTE: NUSP /CENSO - SIGA / Panorama - 30 11 2021; 11h

No Gráfico 20, podemos observar que DAGUA é o Distrito com maiores números de alunos Especiais, seguido por DAICO, DABEN e DAENT, com 350, 335, 298 e 219 respectivamente, no entanto DAOUT e DABEL são os Distritos com menores números de Alunos Especiais.

Gráfico 21: Apresenta o Número de Alunos Não Especiais por distrito, segundo o SIGA de 30 de novembro de 2021



FONTE: NUSP /CENSO - SIGA / Panorama - 30 11 2021; 11h

No Gráfico 21, podemos observar que DABEN é O Distrito com maiores números de alunos Não Especiais, com 14.659 alunos, seguido por DAICO, DAGUA e DASAC, com 12.824, 12.730 e 6.685 alunos respectivamente, no entanto os distritos de DAMOS e DABEL são os com menores números de Alunos Não Especiais.

Tabela 12 - Apresenta o número de matrículas da Educação Especial na Rede Pública Municipal de Educação de Belém, segundo informações preliminares do SIGA de 30 de novembro de 2021.

Tipo de Ensino	Anos		
	2019	2020	2021*
Educação Infantil	203	229	283
Ensino Fundamental	1525	1665	1509
Ensino Médio	5	2	3
EJA - Educação de Jovens e Adultos	207	175	114

Fonte: ETCE/NUSP/SEMEC – Relatório Panorama 30.11.21

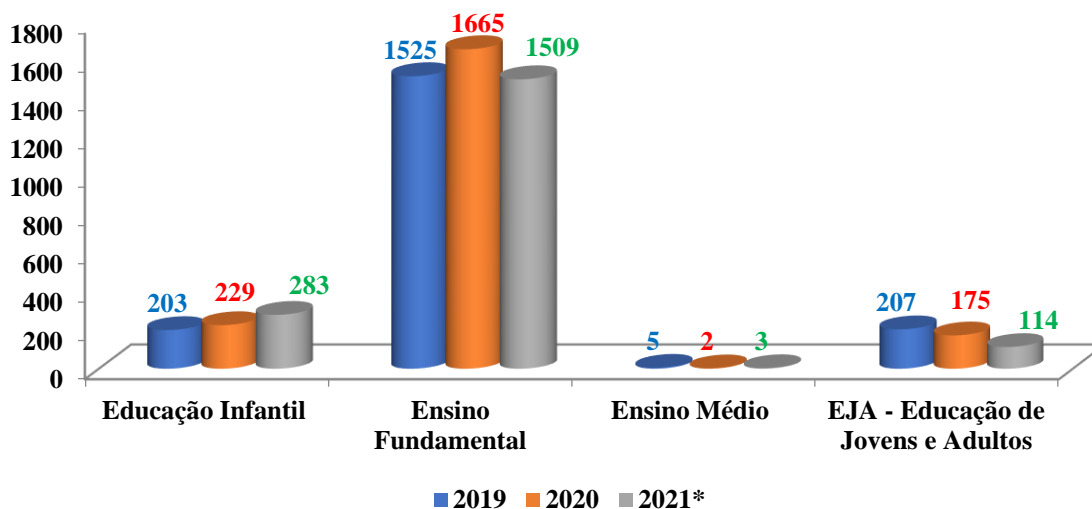
*Nota 1 – Dados SIGA.

Como podemos verificar na tabela acima, ao longo dos três últimos anos, a Educação Infantil vem demonstrando constantes crescimentos em seus números de matrículas, ao que se refere a Educação Especial, percebemos que de 2019 para 2020 a Educação Infantil recebeu um aumento de 26 alunos, já de 2020 para 2021 esse aumento foi para 54, já os demais Tipos de Ensino vem sofrendo oscilações, tendo o Ensino fundamental em 2021, apresentado 1509 alunos, Ensino médio, apenas 3 e a EJA, no geral, apresentou 114 alunos matriculados. Outro dado importante que podemos verificar a seguir, são os números da Educação Especial demonstrados no Gráfico 12.

Com isto, o Centro de Referência em Inclusão Educacional Gabriel Lima Mendes, inova sua atuação junto a RPMEB criando espaços e instâncias de diálogos com todos os segmentos das escolas e da sociedade em geral, ao implantar e implementar o Café Inclusivo e o Café Freireano com temáticas referentes a inclusão, as deficiências, transtornos e alta habilidades/Superdotação, visando ampliar o debate sobre o movimento de inclusão educacional na RPMEB. A FC e o ATP apresentam debates sobre "Transtorno do Espectro Altista nas escolas", "Leitura inclusiva na educação infantil", "Legislação brasileira de inclusão", "Dialogando e refletindo sobre a inclusão em tempos de pandemia", desenvolvidos por meio de palestras, conferências e mesas redondas; assim como a oferta de oficinas sobre "Processo de raciocínio para a escolha e/ou confecção de recursos de tecnologia

assistiva economicamente acessíveis e aplicabilidade da comunicação alternativa e ampliada para estudantes com deficiência física: aspectos conceituais para a prática”, “Sons do Natal: construindo e sentido a música” e “Construção de Brinquedos”, com participação expressiva dos professores que atuam nas Salas de Recursos Multifuncionais, professores regentes com matrícula da Educação Especial na RPMEB, pais e estagiários. O CRIE realizou o I Festival de Cultura Surda e o I Webinário da Educação Especial, com o tema: A pessoa com paralisia cerebral: dos níveis de dependência/independência às possibilidades de adaptação razoável. Realizou a atualização dos instrumentos de avaliação e acompanhamento dos estudantes público alvo do CRIE.

Gráfico 22. Demonstra as oscilações nas matrículas da Educação Especial



Fonte: ETCE/NUSP/SEMEC – Relatório Panorama 30.11.21

*Nota 1 – Dados SIGA.

Como podemos Observar no gráfico acima, o número de matrículas dos alunos Especiais na rede pública municipal de ensino, sofreu poucas oscilações dentro de cada etapa de ensino, sendo que estas informações, em 2021, segundo os dados do SIGA e com relação a 2020, demonstrou as seguintes situações: Educação Infantil, cresceu em 54 alunos, o ensino Fundamental decresceu em 156, o ensino Médio cresceu em apenas 1. Já o EJA - Educação de Jovens e Adultos.

Um espaço importante na formação dos jovens é a ação do Departamento de Educação Física está desenvolvendo quatro projetos



(Capoeira na Escola, Dança na Escola, Projeto Esportivo e Projeto Folclórico), em 48 escolas da RPMEB, visando o trabalho da Educação Física Escolar como espaço inclusivo de convivência e lazer, na construção do conhecimento do corpo em movimento. Realizou o I Webinário do DEFE com o tema: Gestão em Políticas de Esporte e Lazer em Belém.

5º CAPÍTULO

INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO E TECNOLOGIA

O uso da tecnologia da informação e comunicação (TIC) no auxílio a educação, com ênfase a educação básica que é um direito fundamental de todos, está presente na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Trata também da utilização de novas metodologias e a importância da capacitação dos professores, técnicos e de todos os agentes da Educação marcada pelo surgimento e dispersão de novos meios de comunicação, notadamente nos meios sociais e principalmente no último decênio houve um trabalho no aprimoramento da educação. Percebe-se que atualmente vivemos em uma sociedade movida pelas novas tecnologias. No entanto, a ideia desta gestão é unir tecnologia e educação nos mais variados conteúdos educacionais, fazendo com que os professores tenham uma melhor interação com os seus alunos, e os mesmos demonstrem mais interesse em aprender algo novo. Mas estes aspectos devem permear todos os departamentos que servem a Educação promovendo e melhorando a comunicação e harmonia entre todos os envolvidos no processo educacional.

Neste sentido a Equipe de Informática tinha um papel voltado predominantemente para manutenção de computadores e nessa nova gestão a equipe assume o protagonismo de propor melhorias no gerenciamento de dados e no aprimoramento dos sistemas, com o intuito de tornar a administração mais eficiente, eficaz e com um menor consumo de papel.



Iniciamos a gestão verificando a qualidade de nossa infraestrutura lógica e para isso solicitamos a CINBESA que providenciasse um projeto com a expansão da rede lógica assim como a criação de uma rede wi-fi, utilizando equipamentos profissionais. O projeto foi entregue a aquisição dos materiais para a implantação do projeto que está sendo providenciado pelo DERM.

No sistema GERH foi realizada pesquisa de campo, análises comportamentais, identificou-se algumas fragilidades, dentre elas a necessidade de emissão de declaração de servidores utilizando os dados o sistema GERH, então o DERM disponibilizou o modelo de declaração que o sistema teria que imprimir. Articulação com a CINBESA na perspectiva do documento a ser emitido pelo sistema e com a menor quantidade de clicks possíveis, como exemplo destaca-se a emissão da Declaração do PSS pelo GERH, utilizando apenas um click. Ganhou-se mais agilidade na prestação de serviço e melhoria a qualidade do trabalho. Os próximos desafios são inserir mais rotinas dessa interligação no sistema GERH e com isso diminuir o tempo de resposta aos cidadãos,

No sistema GDOC obteve-se várias melhorias e uma delas foi a criação de um botão que permite criar GDOC-digital, identificou-se assim o gatilho de produção de GDOC na SEMEC (PROTOCOLO GERAL), aquisição de scanner para estruturar o setor, quais já se encontram no setor de informática. Atualmente está sendo feito os testes nos equipamentos e orientando os servidores desse setor para a nova metodologia de trabalho que em breve será implantada nesta secretaria. Com a implantação do GDOC totalmente digital, a administração, os servidores e todos os cidadãos terão um ganho imensurável, no que tange a qualidade do serviço. O projeto de expansão do GDOC para que todos os servidores possam realizar suas solicitações diretamente pelo sistema, para que isso seja possível está sendo articulado com a SEMAD que é a secretaria gestora do GDOC.

O Núcleo de Informática Educativa, inicia seu trabalho com a implantação e implementação de um grande projeto, Robótica Educativa, desenvolvido com 25 alunos e quatro professores de duas escolas do DAGUA,

com uma carga horária de 180h, e a criação de dois espaços de diálogos para os segmentos das escolas, o Tá Lá na Rede e o Sextas Conectadas. Desenvolve na FC e no ATP temáticas sobre “O papel do professor da SIE como articulador da tecnologia na escola”, “A reestruturação do modelo de SIE da Rede”, “Os desafios do Não presencial e a SIE”, “Introdução ao pensamento computacional”. A equipe de trabalho realizou cursos com duração de 20h, quais sejam, “Ferramentas digitais para a educação”, “Possibilidades de uso do blog escolar no contexto de 2021” e “Produção e edição de vídeos para a educação”. O NIED realizou também 57 visitas de suporte técnico aos laboratórios de Informática das escolas

Desafio para o para os próximos anos é proporcionar acesso a internet banda larga para todas as unidades escolares, assim como reestruturação tecnológica das unidades escolares, Centro de Formação de Professores Paulo Freire, NIED, DIED, CRIE e as demais unidades administrativas da rede municipal de educação.

Portanto o tripé, gestão dos dados, infraestrutura e tecnologia tem por objetivo a tomada de decisão com base em dados e uma melhor gestão da aprendizagem dos alunos. Todas essas melhorias tem a finalidade de proporcionar que Belém se torne uma cidade Alfabetizada e Educadora.



Imagem – Lançamento do Plano Municipal de Alfabetização

FINANCIAMENTO

Este setor tem como objetivo o controle de gastos, visando refletir eficiência e eficácia dos programas de governo voltados a Educação, tendo em vista que, segundo Meirelles (2006, p.86) “os fins da administração pública resumem-se num único objetivo: o bem comum da coletividade administrada”. Quando o administrador público se afasta ou se desvia deste objetivo, ele trai o mandato para o qual foi investido. Percebe-se neste contexto a gravidade do dever de prestar contas (accountability) à sociedade. E esse dever é efetuado através do auxílio principalmente de informações contábeis, em conformidade com os dispositivos legais em vigor relativos à contabilidade pública temos que no ano de 2021 esta secretaria municipal de Educação – SEMEC obteve os seguintes números em seus dados financeiros:

1. Demonstrativo de Investimentos, através das Principais fontes de recurso da Educação Básica da SEMEC em 2021.

Tabela 13 - Apresenta o demonstrativo de despesas ou investimentos, por fontes de recursos da Educação Básica em Belém, até novembro de 2021.

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS POR FONTE	Anos									TOTAL até 2021
	2017	2018	Var % 2017- 2018	2019	Var % 2018- 2019	2020	Var % 2019- 2020	2021	Var % 2020- 2021	
FUNDEB	223.123.024,17	228.445.956,63	2,39	262.367.094,83	14,85	262.466.592,47	0,04	241.345.912,09	-8,05	1.217.748.580,19
TESOURO MUNICIPAL	237.590.948,31	238.476.184,37	0,37	247.647.592,66	3,85	267.569.291,08	8,04	207.133.945,11	-22,59	1.198.417.961,53
TOTAL	460.713.972,48	466.922.141,00	1,35	510.014.687,49	9,23	530.035.883,55	3,93	448.479.857,20	-15,39	2.416.166541,72

FONTE: SIOPE/FNDE

Nela, podemos observar que as duas fontes sofreram grandes oscilações de um ano a outro, com relação aos investimentos aplicados na Educação. Percebeu-se ainda, que no período dos últimos 5 anos, o FUNDEB – Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica, apresentou maiores investimentos no período de 2018 para 2019, quando alcançou um crescimento, com relação ao ano anterior, de 14,85%, porém no período de 2020 para 2021, sofreu uma queda de 8,05%, a única observada ao longo destes 5 anos. A fonte do Tesouro também apresentou queda, quando alcançando um percentual

negativo de 22,59% entre os dois últimos anos deste quinquênio, apesar disso, o FUNDEB atingiu, neste quinquênio final, taxas acumuladas de crescimento de 9,23%, já a fonte do Tesouro, neste mesmo período, alcançou taxas acumuladas de decréscimo de 10,33%, como podemos avaliar na tabela.

2. Detalhamentos das Fontes de Recursos por nível de Escolaridade:

➤ Avaliação dos investimentos aplicados na Educação municipal de Belém por fonte e por Etapa de Ensino até novembro de 2021.

Educação Infantil:

O financiamento na Educação Infantil é o maior na oferta da educação básica, chegando nestes últimos 5 anos a um investimento total de R\$ 448.297.891, no entanto observou-se que os investimentos, feitos pelos recursos do FUNDEB, neste nível escolar, sofreu uma queda de R\$ 7.888.829,07 no período de 2020 para 2021, cerca de 20,57% a menos, em relação ao ano anterior, sendo a segunda queda consecutiva, porém a maior queda sofrida por este fundo, durante o período de 5 anos, já com relação a fonte do Tesouro, observou-se oscilações com relação aos investimento desta fonte na Educação Infantil, obtendo menor valor em 2018, quando obteve uma aplicação de R\$ 41.349.935,39 e o sua maior em 2019, quando obteve um investimento de R\$ 95.667.369,56. Tais informações podem ser verificadas na tabela 13 a seguir:

Tabela 14 - Apresenta o demonstrativo de despesas ou investimentos, por fontes de recursos da Educação Infantil em Belém, até novembro de 2021.

EDUCAÇÃO INFANTIL	Ano					TOTAL
	2017	2018	2019	2020	2021	
FUNDEB	5.813.122,43	3 7.626.378,23	39.056.139,27	38.338.338,97	30.449.509,90	151.283.488,80
TESOURO MUNICIPAL	5 1.804.040,72	4 1.349.935,39	95.667.369,56	47.800.236,89	60.392.819,75	297.014.402,30
TOTAL	57.617.163,15	78.976.313,62	134.723.508,83	86.138.575,86	90.842.329,65	448.297.891,10

FONTE: SIOPE/FNDE

Ensino Fundamental

No ensino Fundamental, podemos verificar que os investimentos neste nível de ensino por estas duas fontes, também oscilam, tendo o FUNDEB alcançado seu

maior valor aplicado na Educação Fundamental em 2020, quando apresentou um investimento no ensino de R\$ 224.128.253,50 e o seu menor em 2017, quando apresentou uma aplicação de R\$ 195.141.057,04, no entanto, apesar deste fundo ter apresentado crescimentos no período de 2017 a 2020, em 2021 ele apresentou uma redução de R\$ 13.131.851,40 em relação a 2020, ou seja, cerca de 5,90% com relação ao ano anterior, já o Tesouro municipal, apresentou em 2020 o seu maior investimento, sendo este o maior valor aplicado no período de 5 anos e o seu menor em 2021, como demonstra a tabela 15 a seguir:

Tabela 15 - Apresenta o demonstrativo de despesas ou investimentos, por fontes de recursos da Educação Fundamental em Belém, até novembro de 2021.

ENSINO FUNDAMENTAL	2017	2018	2019	2020	2021	TOTAL
	FUNDEB	195.141.057,04	190.819.578,40	223.310.955,62	224.128.253,50	
TESOURO MUNICIPAL	184.285.508,09	195.629.681,57	150.508.498,77	218.340.670,15	145.537.797,18	894.302.155,76
TOTAL	379.426.565,13	386.449.259,97	373.819.454,39	442.468.923,65	356.434.199,37	1.938.598.402,51

Fonte: SIOPE/FNDE

Ensino Médio

O Ensino Médio, oferta advinda da necessidade de garantia de estudos advindos da área insular de Belém, tem como fonte de financiamento os recursos advindos do governo municipal, por não ter sua oferta como obrigatoriedade legal do município.

O investimento tem o montante de R\$ 4.284.146,61, no decorrer do período de 2017-2021, obtendo seu maior investimento neste nível de ensino em 2018 quando apresentou uma aplicação de R\$ 1.496.567,41.

Tabela 16 - Apresenta o demonstrativo de despesas ou investimentos, por fontes de recursos do Ensino Médio em Belém, até novembro de 2021.

ENSINO MÉDIO	2017	2018	2019	2020	2021	TOTAL
	TESOURO MUNICIPAL	1.501.399,50	1.496.567,41	1.286.179,70	0,00	

Fonte: SIOPE/FNDE



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ano de 2021 certamente entrará para a história da Educação brasileira em função dos impactos na aprendizagem, no desenvolvimento e na trajetória escolar de milhões de estudantes. Uma geração de crianças e adolescentes foi afetada pelos impactos educacionais e sociais da pandemia de Covid-19, especialmente os mais vulneráveis, com consequências individuais e coletivas no capital humano e no desenvolvimento do País.

A pandemia de Covid-19 impôs desafios antes nunca vividos pelas redes e sistemas de ensino. As Secretarias de Educação, os professores e os demais profissionais de Educação tiveram que se reinventar para oferecer o ensino remoto, com grandes desigualdades entre regiões, redes, escolas e estudantes. As desigualdades educacionais foram ampliadas.

A pandemia também trouxe um prejuízo imenso no avanço de políticas educacionais estruturantes que estavam em andamento, especialmente em nível subnacional. A implementação da BNCC e do Novo Ensino Médio foi desacelerada, assim como políticas de valorização e profissionalização da carreira docente foram interrompidas. Foram observados avanços em outras prioridades e medidas, mas aquém do esperado ou inicialmente planejado pelas redes e sistemas de ensino.

Este cenário estimulou nossa criatividade dando luz, na SEMEC, a Belém de novas ideias para superar ou amenizar os impactos da conjuntura que se apresenta. O ensino presencial foi retomado, ainda em setembro, mas de forma gradual e escalonada, com as unidades de educação de Belém cumprindo a Cartilha de Orientações Gerais de Boas Práticas de Higiene e Prevenção à Covid-19, produzida pela SEMEC.

As unidades, de acordo com a SEMEC, também aderiram ao projeto Guardiães e guardiões da saúde na educação, realizado pela SEMEC em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde (Sesma) e a Universidade Federal do Pará (UFPA). O projeto Guardião monitora casos de covid-19 nas unidades e de outros adoecimentos, garantindo atendimento em saúde para alunos, trabalhadores da educação e familiares deles.



Um outro resultado das novas ideias aplicadas foi a EJAII Ensino Fundamental 2ª fase, que foi a série com maiores números de alunos matriculados, e também o EJAII Ensino Médio Integrada a Educação Profissional apresentou um crescimento bastante relevante com relação aos últimos 6 anos, alcançando um número de 71 alunos matriculados

Nesta esteira o trabalho para o reconhecimento e a legalização dos conselhos escolares foi caracterizado por uma performance que tem sido garantida sobretudo por causa do envolvimento de todos os agentes no processo educativo sobretudo agilizando demandas de participação com os instrumentos que a legislação nos oferece dentre estes os Conselhos Escolares, pois somos convictos da importância dessa equipe gestora como principal protagonista na construção de uma educação voltada para a transformação da sociedade e não para a manutenção das condições vigentes. É responsável, também, pelas decisões e ações vividas na escola, pela definição de seus objetivos estratégicos, de seus valores e dos trabalhos de equipe, elaborados para a vivência social.

A experiência inovadora do projeto “Busca ativa Escolar” frisou uma educação em saída que pula os muros da escola e vai ao encontro das famílias e suas necessidades mais elementares em busca de soluções educacionais mais qualificadas e eficazes. Esta “Busca ativa Escolar” diagnosticou em campo as dificuldades reais enfrentadas pelos alunos da Educação especial. Esta estratégia para superar os desafios, dentre outras referidas neste RAG, trouxe a efetivação de novas ideias no reconhecimento da presença dos alunos especiais na escola que se relacionam com os não especiais num ganho de riqueza subjetiva preciosa para a Educação da pessoa humana em processo de amadurecimento.

Com tudo isso, para além do sofrimento, as crises, como a vivida em função da pandemia de Covid-19, trazem distorções que constroem novos paradigmas (Costin, 2020). Que novos paradigmas de sociedade, de escola e de Educação Básica sejam construídos e garantir que todos os estudantes tenham aprendizagem adequada é o principal desafio da Educação brasileira.



Além disso, é urgente seguir avançando com a agenda de reformas estruturantes para a melhoria da qualidade da Educação.

Os desafios da gestão escolar aumentam ao mesmo tempo que as mudanças na educação invadem o mundo todo. Por isso, é natural que muitos gestores educacionais ainda encontrem dificuldades para atender às novas demandas.

Mas, afinal, como preservar o ensino de qualidade, melhorar o desenvolvimento dos estudantes e manter a rentabilidade da escola? O primeiro passo é reconhecer que a educação vive em constante metamorfose e que as tecnologias se somaram a ela para oferecer ferramentas que incrementam o processo de ensino-aprendizagem.

O processo educativo demanda muita atualização, porque novos desafios estão sempre surgindo para as escolas. Os métodos educativos estão em constante adaptação, originando novas maneiras de ensinar e aprender. Dessa forma, o papel da escola e do corpo docente é de se manter sempre dispostos a atualizar e melhorar suas práticas pedagógicas com o intuito tácito de combater as desigualdades educacionais que poderia ser considerado primordial desafio para a educação dos jovens brasileiros. A diversificação das práticas pedagógicas, coadunadas aos variados dispositivos tecnológicos hodiernos, poderia ser mantida como uma meta importante. A melhoria das condições de acesso, permanência e aprendizagem na escola segue como um indispensável componente para a qualidade da educação; todavia, acrescenta-se que sua importância deriva-se da necessidade de ampliação das capacidades e do repertório cultural de nossos jovens.

Um outro desafio vincula-se a uma defesa do conhecimento, posicionado enquanto um lugar privilegiado no delineamento de novos perfis formativos. Precisamos desenhar novos currículos – mais sintonizados com as demandas do século XXI – porém, não significa abdicar das tradições de pensamento que nos trouxeram até aqui. No que tange à escolarização juvenil, a fragilidade de conhecimento pode ter dois efeitos diferenciados, quais sejam: a) na educação básica, pode promover uma intensificação das desigualdades no



acesso a novas formas de aprendizagem; b) no ensino médio, pode conduzir a uma incapacidade para enfrentar os dilemas profissionais devido a ausência de repertório.

No que tange à educação dos jovens brasileiros, no decorrer desta relatório destacamos três desafios para o planejamento e a implementação de políticas destinadas a estes atores. O reconhecimento da pluralidade de demandas juvenis, o (ainda) necessário combate às desigualdades educacionais e a centralidade do conhecimento.

Neste sentido é tarefa fundamental deste tempo o redesenho curricular de nossas instituições; porém, recomendamos prudência para reconhecer que as complexidades do século XXI não cabem em nossas pranchetas! Nesta direção o quadro demonstrado neste RAG enfatiza a necessidade de alinhar a gestão escolar com a gestão estratégica de qualidade no ambiente educacional e tentar conhecer caminhos para a construção de uma rede mais eficaz.

Por isso é preciso que a Equipe de Pesquisa e Documentação da SEMEC desenvolva um estudo analítico para compreendermos quais são os principais fatores que viabilizam a eficácia escolar no atendimento à população da rede que ainda não cobre a todos. Somos conscientes que o nosso olhar para a realidade desta Rede de Ensino Municipal de Belém é sempre parcial e precisa da participação plural para percebermos a realidade sempre mais com maior inteireza, pois “quando o homem compreende a sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções. Assim, pode transformá-la e o seu trabalho pode criar um mundo próprio, seu Eu e as suas circunstâncias”⁷ afirmou o mestre Paulo Freire. Por isso a gestão não tem a ver com a preservação do status quo, mas sim com a manutenção do mais elevado índice de mudança que a organização e as pessoas nela podem suportar.

⁷ Freire, Paulo - Educação e Mudança 12ª edição - Paz e Terra



BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Ensino fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. 2ª Ed. Brasília (DF): FNDE, Estação Gráfica, 2007.

BRASIL. Lei 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação- PNE e dá outras providencias. Diário oficial da União, Brasília, 26 de junho de 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Base nacional Comum Curricular- BNCC. Brasília,DF, 2017



FERREIRA, Cleonice Bicudo da Rocha. Atendimento educacional especializado para pessoas com surdez. 2011.

Freire, Paulo - Educação e Mudança 12ª edição - Paz e Terra – São Paulo 2015

DOS SANTOS, Karla da Silva et al. EDUCAÇÃO ESPECIAL E OS DESAFIOS NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DE ALUNOS COM DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM. Conhecimento em Destaque, 2020.

MUNHOZ, Diogo Janes. A Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) caracteriza a população da educação especial, entre estes grupos, altas habilidades/superdotação, onde é posto que são. INCLUSÃO, p. 55.

DE OLIVEIRA CASTRO, Maria Rosana; DE OLIVEIRA, Ney Cristina Monteiro. A carreira docente no Brasil: aspectos históricos e legais. Revista Exitus, v. 5, n. 2, p. 27-39, 2015.

ALMEIDA, Fábio de. A reforma do ensino médio brasileiro de 2017 nos moldes do neoliberalismo. 2017. 108 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Planalto Catarinense, Lages, 2017.

AMORIM, Gilberto José de. Da luta pela Politecnia à reforma do ensino médio: para onde caminha a formação técnica integrada ao ensino médio. 2018. 122 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018.

LIBÂNEO, José Carlos. Políticas educacionais no Brasil: desfiguramento da escola e do conhecimento escolar. Cad. Pesqui. [online]. 2016, vol.46, n.159, pp.38-62. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/cp/v46n159/1980-5314-cp-46-159-00038.pdf>>. Acesso em 26 nov 2021.



ANEXO

ANEXO – I

Unidades Descritas por tipo e por tempo de serviço ofertado:

Número de Escolas Municipais - Anexos Com Tempo Integral	Quantidade
ANEXO AMIGOS SOLIDARIOS ANEXO DA EMEF MARIA HELOISA DE CASTRO	
ANEXO CASA DA CRIANCA SANTA INES DA EMEIF ALZIRA PERNAMBUCO	
ANEXO GRUPO ESPIRITA JARDIM DAS OLIVEIRAS DA EMEF TEREZINHA SOUZA	5
ANEXO PROF ALDAIR NERI LOPES DA EMEI PROF ELVIRA SACRAMENTO DE QUADROS	
ANEXO PROF SUZETE PERES MAXWELL DA EMEI ERE	



Número de Escolas Municipais - Anexos Sem Tempo Integral	Quantidade
ANEXO C C SAO JOSE DA EMEF COMANDANTE KLAUTAU	
ANEXO SERINGAL DA ESCOLA BOSQUE PROF EIDORFE MOREIRA	
ANEXO ALANA DE SOUZA BARBOSA DA EMEIF ALANA DE SOUZA BARBOSA	
ANEXO ASSOC C DE MULHERES N SRA APARECIDA DO PARQUE UNIAO DA EMEF GABRIEL LAGE	
ANEXO ASSOC DOS MORADORES DO CONJUNTO VERDEJANTE IV DA EMF OLGA BENARIO	
ANEXO BACABEIRA DA EMEIF DE ED DO CAMPO MARIA CLEMILDES	
ANEXO BETINHO ANEXO DA EMEF PARQUE AMAZONIA	
ANEXO BOLONHA DA EMEF PARQUE BOLONHA	
ANEXO C C DA COM E DE BASE V DE INHAUMA DA EMEIF PALMIRA GABRIEL	
ANEXO C C DO TUCUMAEIRA DA EMEIF HELDER FIALHO DIAS	
ANEXO C C LIONS CLUBE DE BELEM DA EMEF RUY DA SILVEIRA BRITTO	
ANEXO C C OSVALDO DE CALDAS BRITO DA EMEF NESTOR NONATO	
ANEXO CENTRO DE ESTUDOS INFANTIS PASSO A PASSO DA EMEF MARIA HELOISA DE CASTRO	
ANEXO COMUNIDADE STO AGOSTINHO DA ALDEIA DA EMEF MARIA STELLINA VALMONT	
ANEXO CRISTO REDENTOR DA EMEF SILVIO LEANDRO	
ANEXO FAVEIRA DA ESCOLA BOSQUE PROF EIDOFER MOREIRA	32
ANEXO FLEXEIRA DA ESCOLA BOSQUE PROF EIDOFER MOREIRA	
ANEXO FLORESTAN FERNANDES DA EMEIF FLORESTAN FERNANDES	
ANEXO FRANCISCO DE ASSIS DA EMEIF ANTONIO CARVALHO BRASIL	
ANEXO FUNDAMENTAL DA EMEF HONORATO FILGUEIRAS	
ANEXO GRUPO C UNIAO DA EMEF NESTOR NONATO	
ANEXO II ALANA DE SOUZA BARBOSA DA EMEIF ALANA DE SOUZA BARBOSA	
ANEXO JAMACI DA ESCOLA BOSQUE PROF EIDORFE MOREIRA	
ANEXO JOAO NELSON RIBEIRO DA EMEF JOAO NELSON RIBEIRO	
ANEXO JUTUBA2 DA ESCOLA BOSQUE PROF EIDORFE MOREIRA	
ANEXO NAZARE DA EMEIF DE EDUC DO CAMPO MILTON MONTE	
ANEXO NOVA ESPERANCA DA EMEIF JOAO CARLOS BATISTA	
ANEXO NSRA DOS NAVEGANTES VARZEA DA EMEIF DE EDUC DO CAMPO MILTON MONTE	
ANEXO SANTA ISABEL DA HUNGRIA DA EMEI PROF ROSENIL CORDEIRO DA SILVA	
ANEXO SANTA RITA DE CASSIA DA EMEIF PALMIRA LINS DE CARVALHO	
ANEXO SANTO ANTONIO DA EMEIF DE EDUC DO CAMPO SEBASTIAO DOS S QUARESMA	
ANEXO SOLAR ACALANTO DA EMEF BENVINDA DE FRANCA MESSIAS	

Número de Escolas Municipais - Anexos Com e Sem Tempo Integral	Quantidade
ANEXO BARAO DE MAMORE DA EMEF FRANCISCO DA SILVA NUNES	
ANEXO PROF LUIZ CARLOS ACACIO BARBOSA DA EMEIF AMALIA PAUMGARTTEN	3
ANEXO SAO FRANCISCO DE ASSIS DA EMEF SOLERNO MOREIRA	
Total Geral	40

FONTE: NUSP /CENSO - SIGA / Panorama - 30 11 2021; 11h

Número de Escola Municipal de Ensino Fundamental com Tempo Integral	Quantidade
EMEF MONSENHOR JOSE MARIA AZEVEDO	1
Número de Escola Municipal de Ensino Fundamental Sem Tempo Integral	Quantidade
EMEF ABEL MARTINS	37



EMEF ALFREDO CHAVES
 EMEF ANNA BARREAU MENINEA
 EMEF AUGUSTO MEIRA FILHO
 EMEF AVERTANO ROCHA
 EMEF BENVINDA DE FRANCA MESSIAS
 EMEF COMANDANTE KLAUTAU
 EMEF DONATILA SANTANA LOPES
 EMEF FRANCISCO DA SILVA NUNES
 EMEF GABRIEL LAGE DA SILVA
 EMEF HONORATO FILGUEIRAS
 EMEF JOAO NELSON RIBEIRO
 EMEF JOSINO VIANA
 EMEF LAURO CHAVES
 EMEF MANUELA FREITAS
 EMEF MARIA HELOISA DE CASTRO
 EMEF MARIA LUCIA OLIVEIRA MONTEIRO
 EMEF MARIA LUIZA PINTO AMARAL
 EMEF MARIA MADALENA RAAD
 EMEF MARIA STELLINA VALMONT
 EMEF MAROJA NETO
 EMEF NESTOR NONATO LIMA
 EMEF OLGA BENARIO
 EMEF PADRE LEANDRO PINHEIRO
 EMEF PARQUE AMAZONIA
 EMEF PARQUE BOLONHA
 EMEF PAULO FREIRE
 EMEF PROF IDA OLIVEIRA
 EMEF PROF VANDA CELIA FERREIRA DE SOUZA
 EMEF REPUBLICA DE PORTUGAL
 EMEF RUY DA SILVEIRA BRITTO
 EMEF SILVIO LEANDRO
 EMEF SOLERNO MOREIRA
 EMEF TEREZINHA SOUZA
 EMEF THEODOR BADOTTI
 EMEF WALTER LEITE CAMINHA
 LICEU ESCOLA MESTRE RAIMUNDO CARDOSO

Total Geral

38

FONTE: NUSP /CENSO - SIGA / Panorama - 30 11 2021; 11h

Número de Escolas Municipais de Educação Infantil - EMEI Com Tempo Integral

Quantidade

EMEI COTIJUBA
 EMEI JESUS MARIA E JOSE
 EMEI PRATINHA
 EMEI PROF LUZMARINA DE MELO MUNIZ
 EMEI PROFA ANGELICA DO CARMO SANTOS PAIVA

12



EMEI PROFA CLEONICE OLIVEIRA CONCEICAO
EMEI PROFA GILVANIA MARCIA BARROS DA SILVA
EMEI PROFA MARIA AUXILIADORA MARTINS GONCALVES
EMEI PROFA RAIMUNDA LUCIA GUERREIRO
EMEI REVOAR DAS ANDORINHAS
EMEI SAO FRANCISCO
EMEI VENUZINA MARINHO DE SOUZA

Número Escolas Municipais de Educação Infantil - EMEI Sem Tempo Integral Quantidade

EMEI MOSQUEIRO
EMEI PROFA LAIS FONTOURA ADERNE
EMEI PROFA RITA NERY

3

Número Escolas Municipais de Educação Infantil - EMEI Com e Sem Tempo Integral Quantidade

EMEI CANTO DO UIRAPURU
EMEI ERE
EMEI GENESIS
EMEI JAIME DA COSTA TEIXEIRA
EMEI JARDIM NOVA VIDA
EMEI NOSSO LAR
EMEI PROF ROSENIL CORDEIRO DA SILVA
EMEI PROFA AURORA GUIMARAES VIEIRA
EMEI PROFA CIRIA DE NAZARE TULOSA DOS SANTOS
EMEI PROFA ELVIRA SACRAMENTO DE QUADROS
EMEI PROFA LUCIA SOARES CASTRO
EMEI PROFA RENATA SALES PENA

12

Total Geral 27

FONTE: NUSP /CENSO - SIGA / Panorama - 30 11 2021; 11h

Números de Escolas Municipais de Ensino Infantil e Fundamental - EMEIF Com Tempo Integral Quantidade

EMEIF DE EDUC DO CAMPO MARIA MADALENA TRAVASSOS 1

Números de Escolas Municipais de Ensino Infantil e Fundamental - EMEIF Sem Tempo Integral Quantidade

EMEIF ALANA DE SOUZA BARBOZA
EMEIF ALMERINDO TRINDADE
EMEIF ALZIRA PERNAMBUCO
EMEIF AMALIA PAUMGARTTEN
EMEIF AMANCIA PANTOJA
EMEIF ANTONIO CARVALHO BRASIL 40
EMEIF AYRTON SENNA
EMEIF CASTANHEIRAS
EMEIF CIRO PIMENTA
EMEIF CORDOLINA FONTELLES DE LIMA
EMEIF DE EDUC DO CAMPO ANGELUS NASCIMENTO
EMEIF DE EDUC DO CAMPO MARIA CLEMILDES



EMEIF DE EDUC DO CAMPO MILTON MONTE
 EMEIF DE EDUC DO CAMPO SEBASTIAO DOS S QUARESMA
 EMEIF DIREITO DE SER CRIANCA
 EMEIF DUAS IRMAS BIANCA E ADRIELY
 EMEIF EDSON LUIS
 EMEIF ERNESTINA RODRIGUES
 EMEIF FLORESTAN FERNANDES
 EMEIF INES MAROJA
 EMEIF JOAO CARLOS BATISTA
 EMEIF JOSE ALVES CUNHA
 EMEIF MARIA AMORAS DE OLIVEIRA
 EMEIF NOVA ALIANCA
 EMEIF OGILVANISE MOREIRA DE MOURA
 EMEIF PALMIRA GABRIEL
 EMEIF PALMIRA LINS DE CARVALHO
 EMEIF PAULO ALMEIDA BRASIL
 EMEIF PROF HELDER FIALHO DIAS
 EMEIF PROF MIGUEL PERNAMBUCO FILHO
 EMEIF PROF PEDRO DEMO
 EMEIF PROFA ALDA EUTROPIO DE SOUZA
 EMEIF PROFA MARIA DE BELEM C LESSA
 EMEIF PROFA RENILDES NUNES BATISTA
 EMEIF REMIGIO FERNANDEZ
 EMEIF ROTARY
 EMEIF SABINO BARRETO
 EMEIF SANTANA DO AURA
 EMEIF SATELITE
 EMEIF SILVIO NASCIMENTO

Total Geral

41

FONTE: NUSP /CENSO - SIGA / Panorama - 30 11 2021; 11h

Número de Unidades Convênidas Com tempo Integral **Quantidade**

ACAO SOCIAL DA MATINHA
 ASSOCIACAO BENEFICENTE SAO CARLOS DO BRASIL
 ASSOCIACAO SANTA RITA DE CASSIA 5
 CENTRO CATEQUETICO DE PROMOCAO HUMANA SANTA IZABEL DA HUNGRIA
 CRECHE CASA LAR CORDEIRINHO DE DEUS

Número de Unidades Conveniadas Sem Tempo Integral **Quantidade**

ASSOCIACAO DE MORADORES DAS PASS SANTA RITA E JOANA DARC
 ASSOCIACAO DE MORADORES DO RESIDENCIAL BOM JESUS
 ASSOCIACAO DOS MORADORES DO BAIRRO DO GUAMA
 C C EDUC SAO FRANCISCO DE ASSIS
 C C UNIAO DOS AMIGOS DO BAIRRO DA SACRAMENTA 10
 C EDUC CULTURAL SAO JERONIMO
 CENTRO COMUNITARIO NOSSA SENHORA DO PERPETUO SOCORRO
 CENTRO EDUCACIONAL DE ENSINO INFANTIL MUNDO ENCANTADO
 CONG DAS IRMAS SALE SAG CORA INS FEL SMALDONE CEAC



ESCOLA COMUNITARIA DE ENSINO INFANTIL ALAMEDA DAS PALMEIRAS

Unidades Conveniadas Com e Sem tempo Integral	Quantidade
--	-------------------

ASSOC C DO BAIRRO DO TAPANA

ASSOCIACAO DE PAIS E EDUCADORES MOARANA

ASSOCIACAO DOS AMIGOS DA TERRA FIRME

C C SAO PAULO

CENTRO EDUCACIONAL MUNDO DA IMAGINACAO

CENTRO SOCIAL E CULTURAL DR OSVALDO MELO

FUNDACAO ACOLHER

12

FUNDACAO CRIANCA FELIZ

SISTEMA DE ENSINO INFANTIL PAULO GUILHERME TOMAZ

SOCIEDADE BENEFICENTE PEQUENINOS DE CRISTO CRECHE EDELBURGA
QUEIROZ

SOCIEDADE COMUNITARIA SAO JOAO BATISTA

SOCIEDADE UNIDOS VENCEREMOS

Total Geral	27
--------------------	-----------

FONTE: NUSP /CENSO - SIGA / Panorama - 30 11 2021; 11h



ANEXO – II

SÍNTESE DA MATRÍCULA POR TURNO NA REDE MUNICIPAL EM 30 11 2021														
ENSINO	SÉRIE / CICLO	TURMA					ALUNO					Total TURMA	Total ALUNO	
		INTERM.	MANHÃ	NOITE	TARDE	INTEGRAL	INTERM.	MANHÃ	NOITE	TARDE	INTEGRAL			
☑ EDUCAÇÃO INFANTIL	BERCARIO I					3						39	3	39
	BERCARIO II					18						299	18	299
	JARDIM I		103		75	49		2.374		1.669	1.179	227	5.222	
	JARDIM II	1	106		125	52	26	2.398		2.896	1.224	284	6.544	
	MATERNAL I		1		1	53		27		24	1.314	55	1.365	
	MATERNAL II		13		10	83		307		234	2.119	106	2.660	
EDUCAÇÃO INFANTIL Total		1	223		211	258	26	5.106		4.823	6.174	693	16.129	
☑ EJA FUNDAMENTAL	1ª TOTALIDADE FUNDAMENTAL			24					584			24	584	
	2ª TOTALIDADE FUNDAMENTAL			28					746			28	746	
	3ª TOTALIDADE FUNDAMENTAL			42					1.145			42	1.145	
	4ª TOTALIDADE FUNDAMENTAL			64					2.134			64	2.134	
EJA FUNDAMENTAL Total				158				4.609				158	4.609	
☑ EJA FUNDAMENTAL INTEGRADO	3ª TOTALIDADE FUNDAMENTAL INTEGRADO					1					13	1	13	
	4ª TOTALIDADE FUNDAMENTAL INTEGRADO					1					30	1	30	
EJA FUNDAMENTAL INTEGRADO Total						2					43	2	43	
☑ EJA MÉDIO INTEGRADO	RECURSO PESQUEIRO MÉDIO INTEGRADO					1					56	1	56	
EJA MÉDIO INTEGRADO Total						1					56	1	56	
☑ ENSINO FUNDAMENTAL	CICLO I - 1º ANO	7	141		90	4	195	3.540		2.182	95	242	6.012	
	CICLO I - 2º ANO	7	139		81	4	214	3.659		2.034	82	231	5.989	
	CICLO I - 3º ANO	6	131		81	4	159	3.643		2.127	73	222	6.002	
	CICLO II - 1º ANO	13	114		104	1	390	3.507		3.010	0	232	6.907	
	CICLO II - 2º ANO	8	100		102		250	3.055		2.919		210	6.224	
	CICLO III - 1º ANO	5	44		71		145	1.472		2.428		120	4.045	
	CICLO III - 2º ANO	9	32		85		310	1.048		2.769		126	4.127	
	CICLO IV - 1º ANO	13	27		70		447	932		2.303		110	3.682	
CICLO IV - 2º ANO	6	22		53		204	726		1.624		81	2.554		
ENSINO FUNDAMENTAL Total		74	750		737	13	2.314	21.582		21.396	250	1.574	45.542	
☑ ENSINO MÉDIO INTEGRADO	1º ANO					2					56	2	56	
	3º ANO					1					18	1	18	
ENSINO MÉDIO INTEGRADO Total						3					74	3	74	
☑ TÉCNICO	TÉCNICO DO MEIO AMBIENTE - 1º SEMESTRE			1					25			1	25	
	TÉCNICO EM COZINHA			3					116			3	116	
TÉCNICO Total				4					141			4	141	
Total Geral		75	973	162	948	277	2.340	26.688	4.750	26.219	6.597	2.435	66.594	

Fonte: SEMEC/NUSP - CENSO; SIGA-Panorama 30 11 2021;11h

Obs: Não constam as Unidades Conveniadas